



Secretaria dos
Direitos Humanos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

EXERCÍCIO 2024

2024



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretária dos Direitos Humanos

Raquel Andrade dos Santos
Secretária Executiva de Direitos Humanos

Ana Lúcia Aragão Alves
Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento - CODIP

Paula Alves

Juliana Oliveira

Hemilly Mourão

Camila Colares

Sumário

1. Apresentação	1
2. Metodologia	2
3. Painel de Bordo	3
4. Desempenho Global da Carteira	7
5. Desempenho Global Por Política	8
5.1. Política Especial da Pessoa Idosa	8
5.2 Política Especial da Pessoa com Deficiência	10
5.3 Política Dos Direitos Humanos	12
6. Desempenho Global da Gestão Institucional	16
6.1 Ouvidoria	16
6.2 Observatório de Direitos Humanos	18
6.3 Assessoria de Comunicação	20
6.4 Gestão de Pessoas	22

7. Objetivos Estratégicos Alcançados ou Parcialmente Alcançados	24
7.1 Objetivo Estratégico 1	24
7.2 Objetivo Estratégico 2	27
7.3 Objetivo Estratégico 3	32
7.4 Objetivo Estratégico 4	36
7.5 Objetivo Estratégico 5.....	39
7.6 Objetivo Estratégico 6	46
7.7 Objetivo Estratégico 7	49
7.8 Objetivo Estratégico 8	54
7.9 Objetivo Estratégico 9	58
7.10 Objetivo Estratégico 10	61
7.11. Objetivo Estratégico 11.....	64
8. Objetivo Estratégicos não Alcançados.....	72
9. Diagnóstico Gerencial	73
10. Parecer Técnico.....	83

1. Apresentação

O Relatório de Execução do Planejamento Estratégico da SEDIH visa apresentar o desempenho institucional da secretaria no exercício de 2024, apresentando-se como uma Sala de Situação sinalizando a performance institucional.

Os objetivos estratégicos apresentados neste documento foram primeiramente discutidos, elaborados e consolidados no documento matriz (Planejamento Estratégico SEDIH 24-27)¹ que contempla a identidade organizacional, bem como o portfólio de atuação evidenciado por uma robusta carteira contendo 39 indicadores e suas respectivas metas institucionais, distribuídos em 12 objetivos estratégicos.

Os indicadores foram desenhados com base nos eixos de atuação da política, da discussão *in loco* com as áreas finalísticas e das entregas setoriais contidas no Planejamento Plurianual (24-27) desta Secretaria, sendo de caráter expressamente quantitativo. Os dados utilizados para a confecção deste relatório são monitorados e sistematizados mensalmente pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento.

Desse modo, apresentaremos um relatório de caráter gerencial dividido em oito etapas, respectivamente: 1. Apresentação (abertura conceitual), 2. Metodologia de coleta de dados 3. Painel de bordo contendo todos os objetivos estratégicos, seus respectivos indicadores bem como a matriz de prioridade (baixa, média e alta); 4. Desempenho Global da Carteira, 5. Desempenho Global da Gestão Institucional, 6. Objetivos Estratégicos Parcialmente Alcançados, 7. Objetivos Estratégicos não Alcançados, 8. Diagnóstico Gerencial.

¹Disponível em:

<https://www.direitoshumanos.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/144/2024/06/Planejamento-Estrategico-SEDIH-2024-2027.pdf>

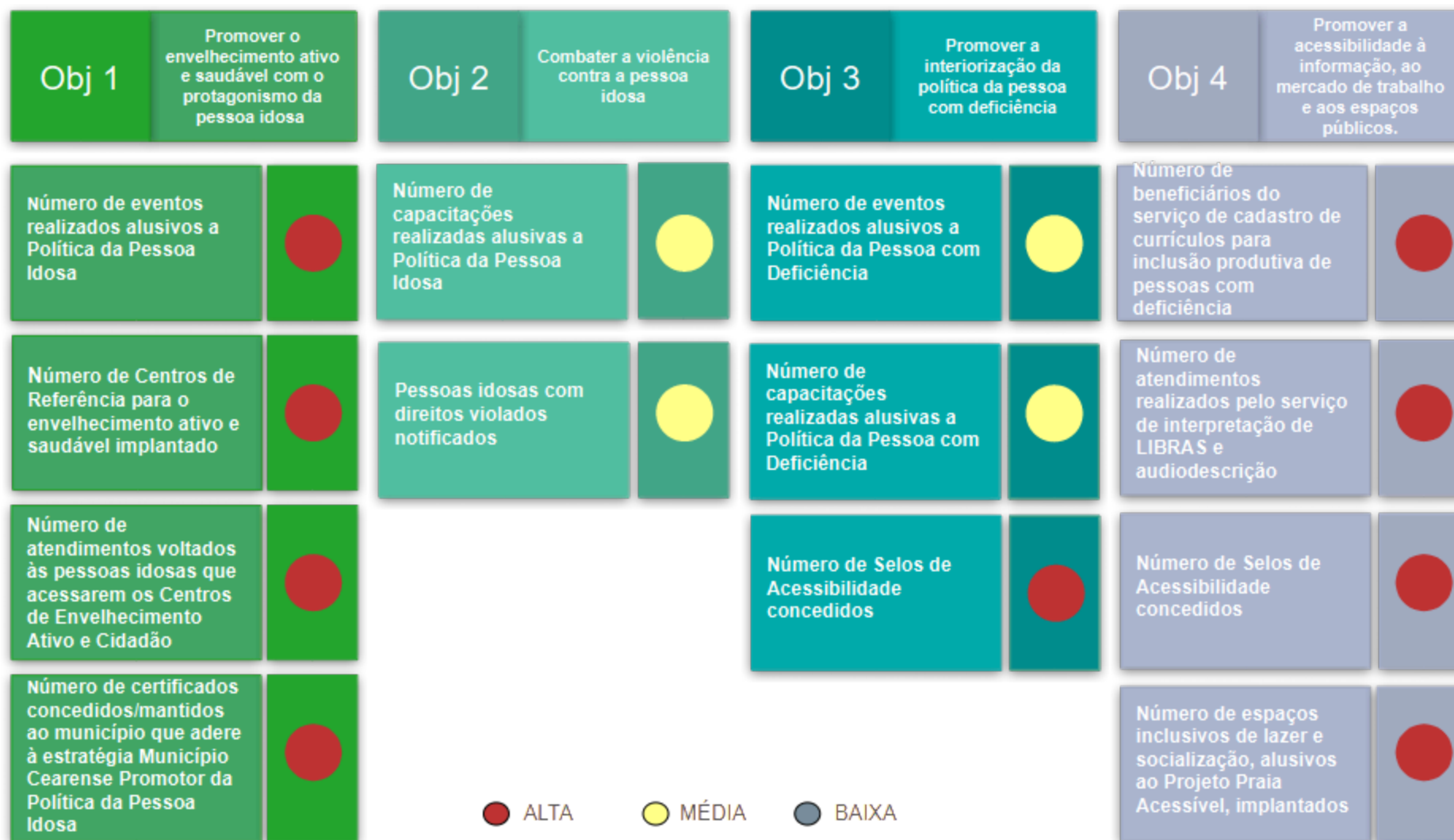
2. Metodologia

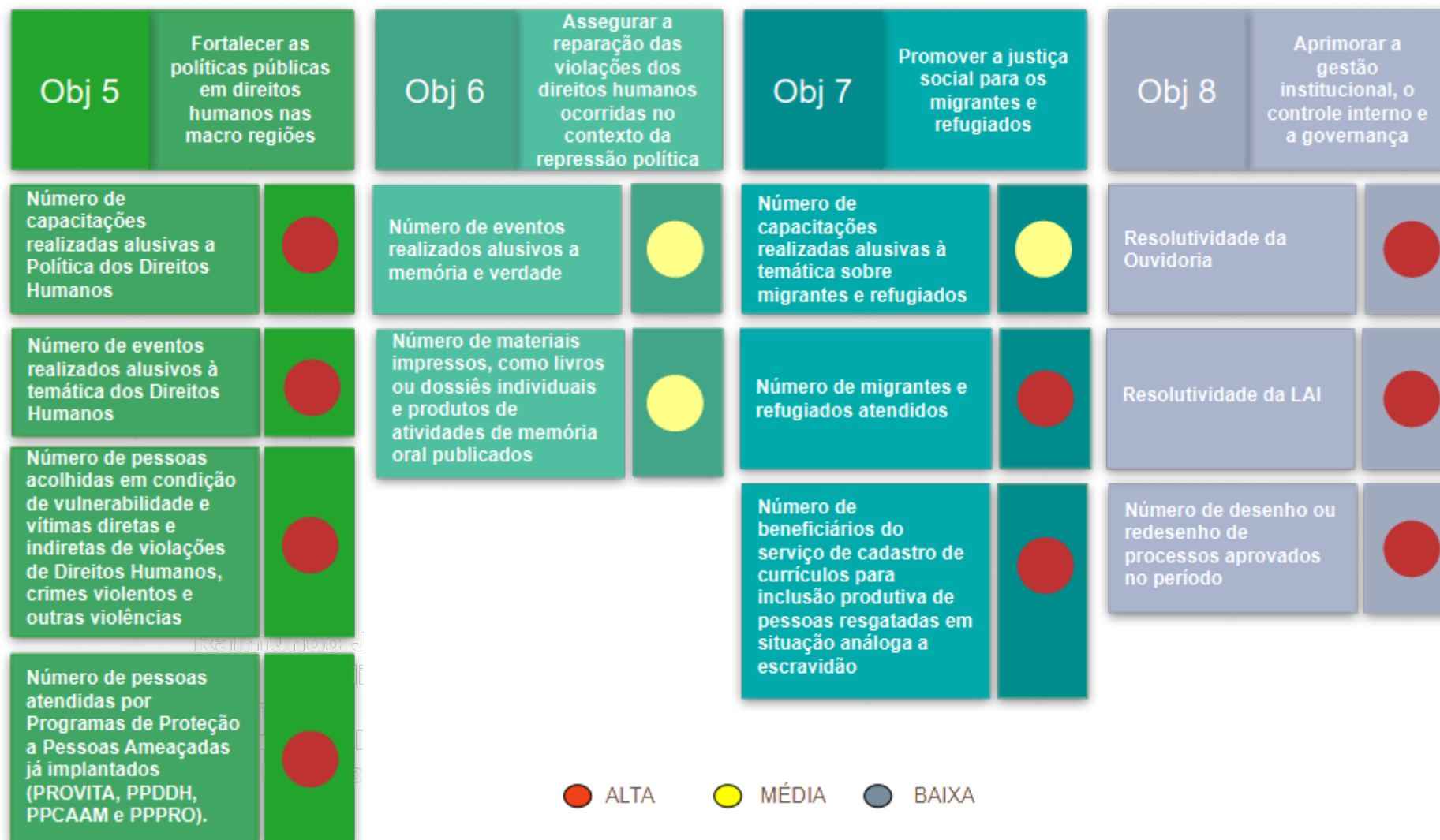
A metodologia para a captação dos dados apresentados consiste no recolhimento em sua fonte primária (diretamente com áreas finalísticas). Os dados departamentais são recolhidos, sistematizados e analisados usando os mesmos parâmetros de definição das entregas contidas do PPA 24-27, tendo em vista a sua similaridade de definição e contabilização.

Entretanto, alguns indicadores foram construídos por seus departamentos com notas metodológicas próprias, levando-se em consideração sua especificidade, a exemplo dos objetivos estratégicos 8, 9, 10 e 12 que refere-se aos setores de Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria, Observatório de Direitos Humanos, Assessoria de Comunicação (com o indicador “Contas Alcançadas”) e Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

As metas estipuladas, em sua maioria, são de caráter anual cuja polaridade é “quanto maior melhor”. Contudo, embora as metas sigam o caráter anual optou-se na produção de dois relatórios de desempenho: O primeiro com os dados consolidados do primeiro semestre letivo e o segundo (este que se apresenta) com o consolidado do ano (primeiro e segundo semestre), respectivamente.

3. Painel de Bordo







● ALTA ● MÉDIA ● BAIXA

Obj 12 Prover recursos tecnológicos, materiais e logísticos

Tempo médio de resolução dos chamados abertos



Satisfação dos usuários com os serviços fornecidos pela COTIC




Índice de Resolubilidade dos chamados abertos

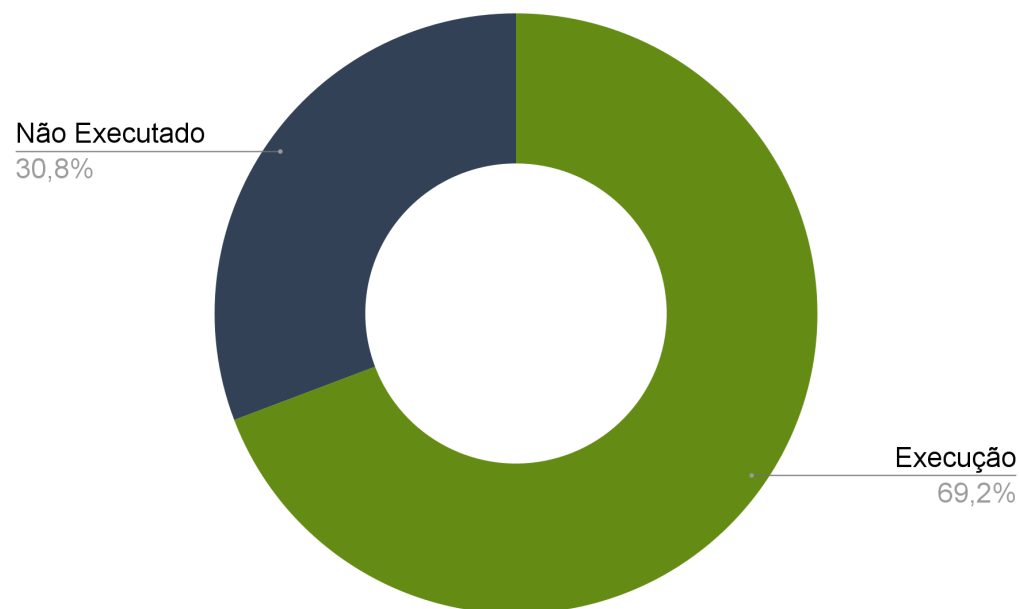


 ALTA

 MÉDIA

 BAIXA

4. Desempenho Global da Carteira



No que se refere à carteira dos 39 indicadores, 23 apresentaram algum nível de execução, resultando em um índice de cumprimento de 69,23% no ano de 2024.

Esse desempenho é classificado como regular no contexto da performance institucional, indicando avanços significativos, mas também revelando oportunidades de melhoria para aprimorar a eficiência e o alcance das metas estabelecidas.

5. Desempenho Global Por Política

Apresentaremos a seguir o desempenho referente à carteira individual de cada política: Política da Pessoa Idosa, Política da Pessoa com Deficiência e a Política dos Direitos Humanos.

5.1 Política Especial da Pessoa Idosa

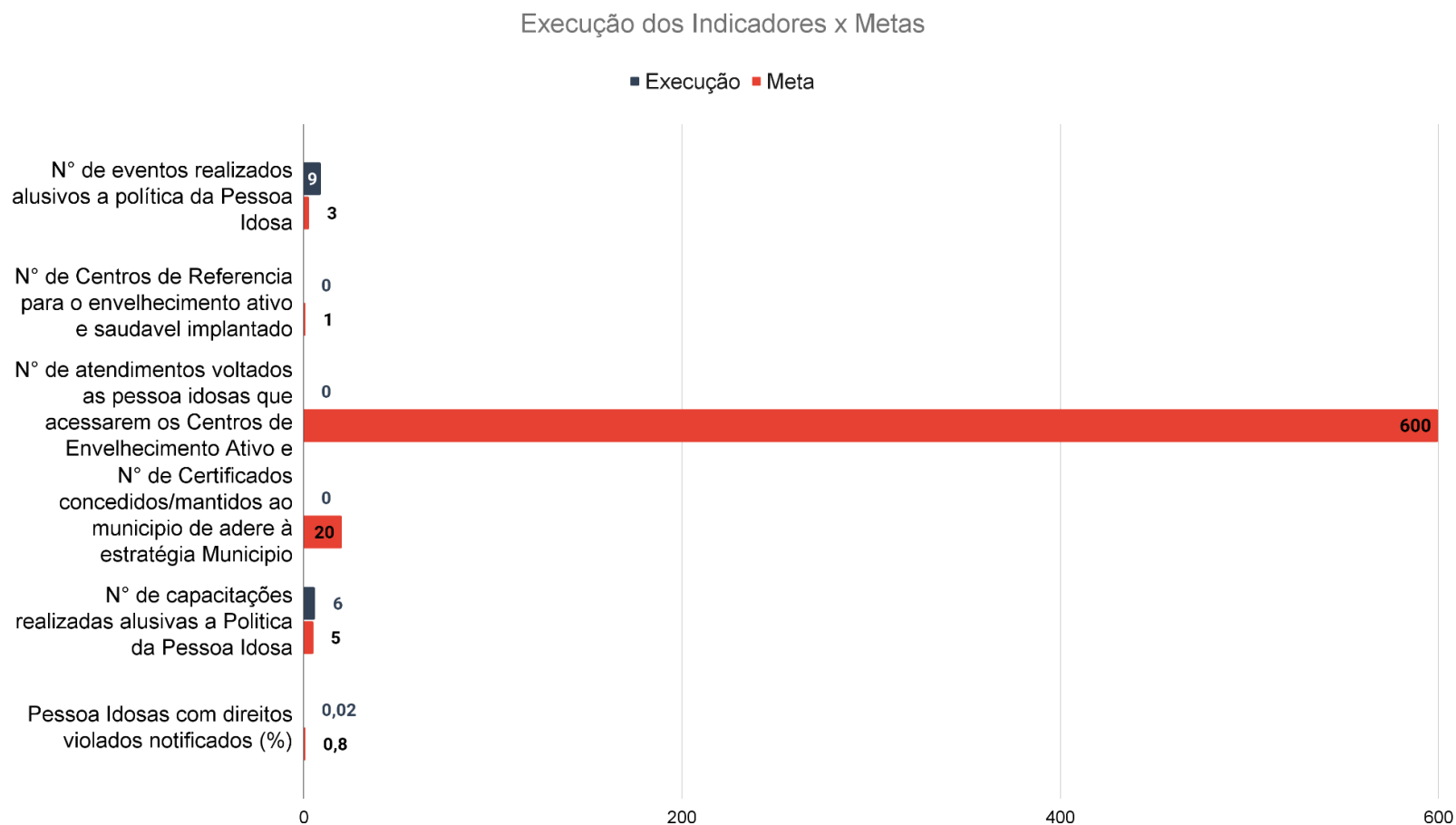


Abrange o objetivo estratégico 1: Promover o envelhecimento ativo e saudável com o protagonismo da pessoa idosa e o objetivo estratégico 2: Combater a violência contra a pessoa idosa.

Com o total de seis indicadores, três tiveram execução sendo estes: Número de eventos realizados alusivos à política da Pessoa Idosa, Número de capacitações realizadas alusivas a Política da Pessoa Idosa e Pessoa Idosas com direitos violados notificados (%).

Logo, obteve-se um resultado de 50% de execução, o que identifica a necessidade de melhoria para um desempenho satisfatório do indicador no próximo exercício.

Abaixo, apresentaremos a execução dos indicadores em relação a meta programado do ano:



5.2 Política Especial da Pessoa com Deficiência

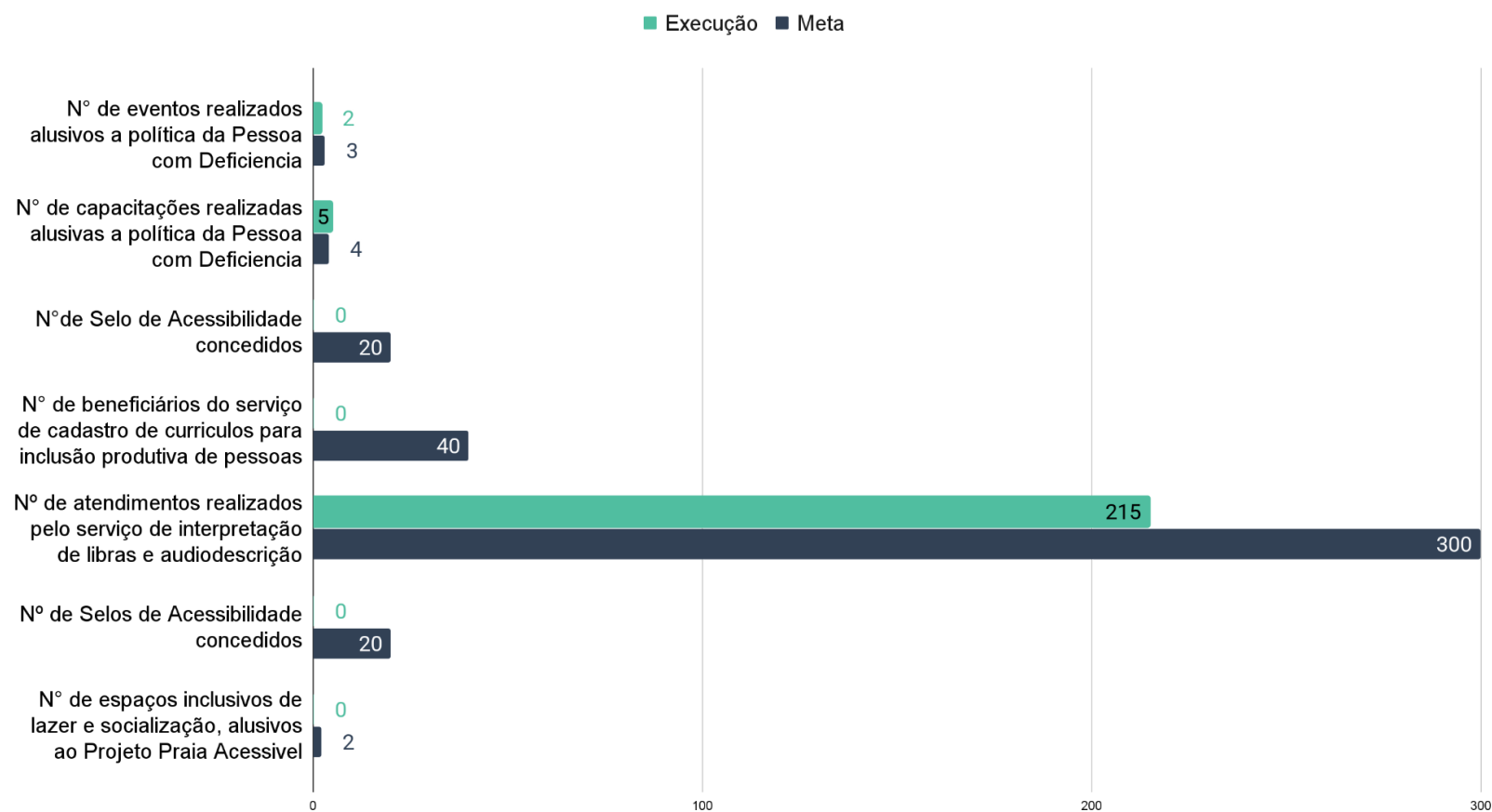


Abrange o objetivo estratégico 3: Promover a interiorização da Política da Pessoa com Deficiência e o objetivo estratégico 4: Promover a acessibilidade à informação, ao mercado de trabalho e aos espaços públicos.

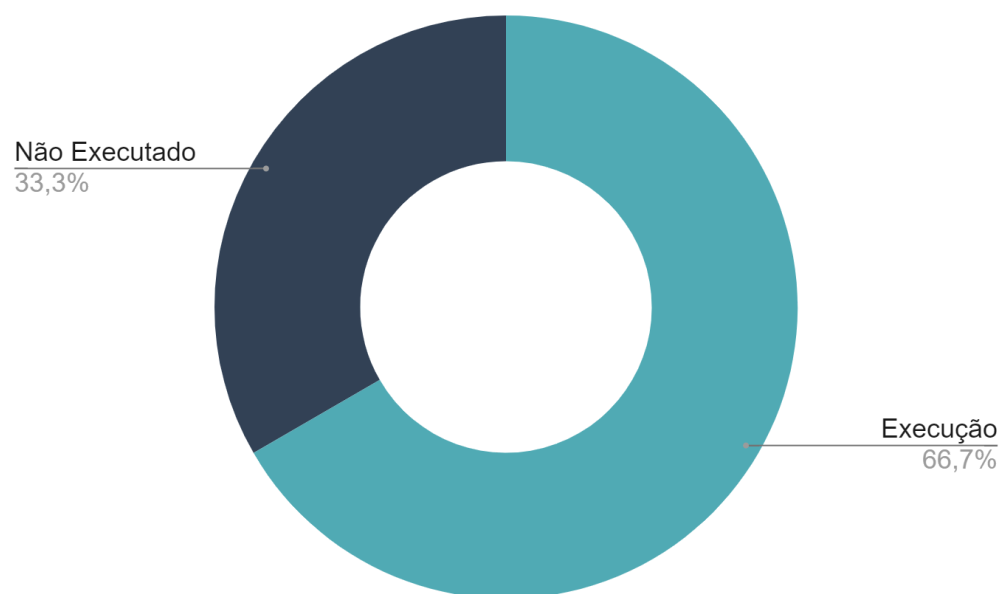
Com o total de 7 indicadores, 3 tiveram execução sendo estes: Número de eventos realizados alusivos à política da Pessoa com Deficiência, Número de capacitações realizadas alusivas a política da Pessoa com Deficiência e Número de atendimentos realizados pelo serviço de interpretação de libras e audiodescrição.

Logo, obteve-se um resultado de 42,9% de execução, o desempenho foi modesto, contudo estima-se que com o desenvolvimento da política no próximo exercício, os demais indicadores serão alcançados. Abaixo apresentaremos a execução dos indicadores em relação a meta programado do ano:

Execução dos Indicadores x Metas



5.3 Política dos Direitos Humanos



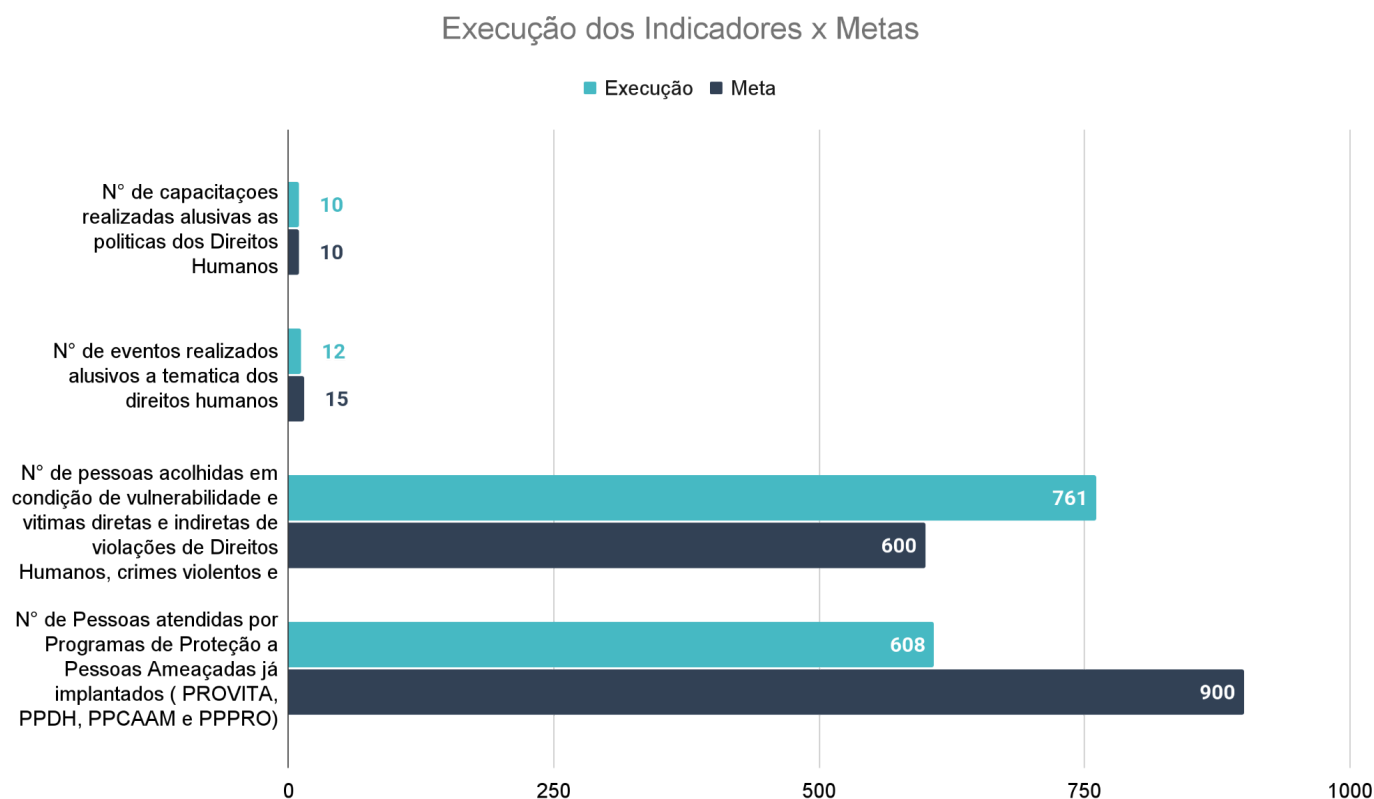
Abrange o objetivo estratégico 5: Fortalecer as políticas públicas em direitos humanos nas macrorregiões, objetivo estratégico 6: Assegurar a reparação das violações dos direitos humanos ocorridas no contexto da repressão política e o objetivo estratégico 7: Promover a justiça social para os migrantes e refugiados.

Com o total de 9 indicadores, seis tiveram execução sendo estes: 1) Número de eventos realizados alusivos à temática dos direitos humanos, 2) Número de pessoas acolhidas em condição de vulnerabilidade e vítimas diretas e indiretas de violações de Direitos Humanos, crimes violentos e outras violências;

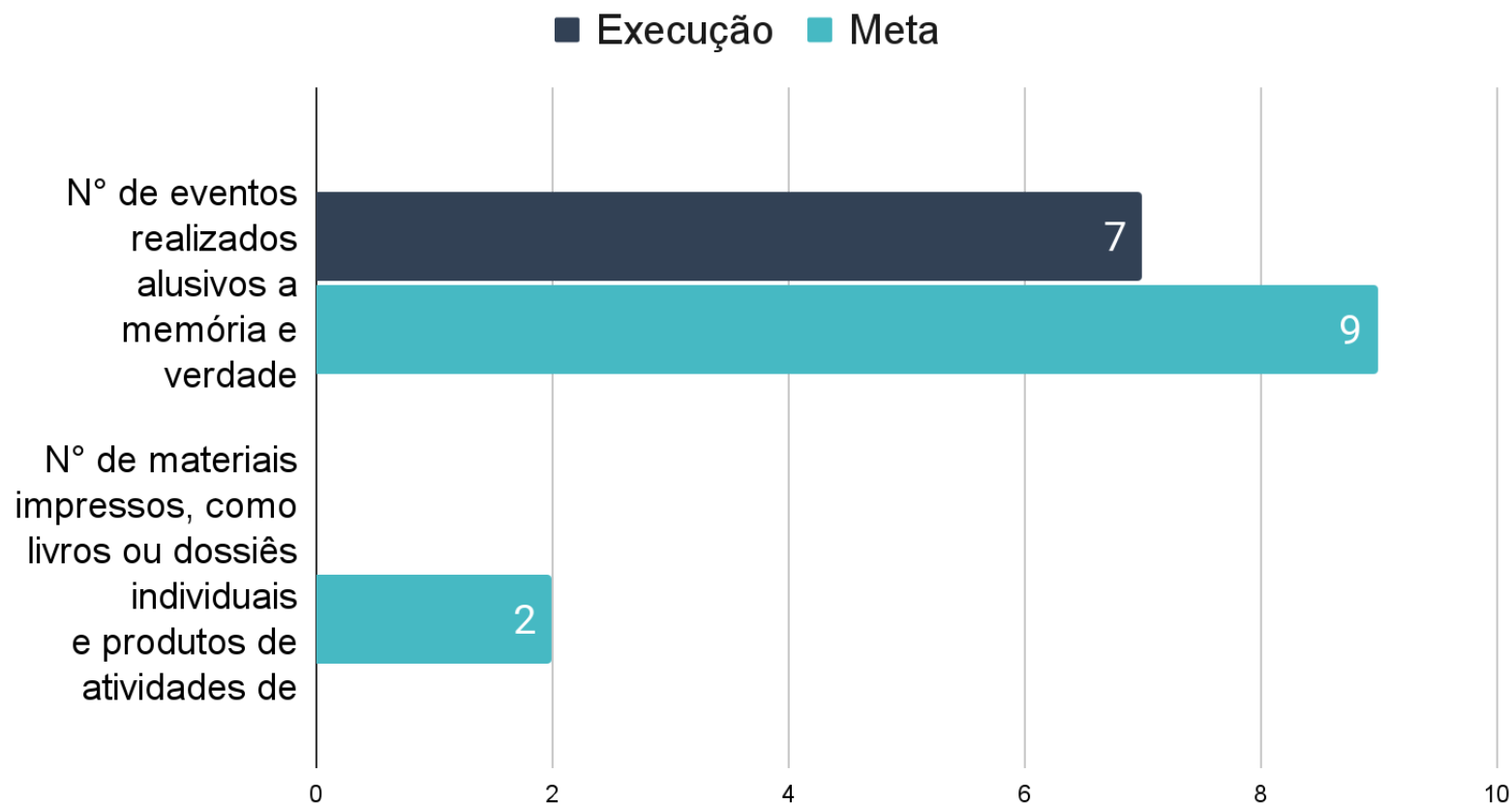
3) Número de Pessoas atendidas por Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas já implantados(PROVITA, PPDH, PPCAAM e PPPRO), 4) Número de eventos realizados alusivos a memória e verdade;

5) Número de capacitações realizadas alusivas à temática, 6) Número de migrantes e refugiados atendidos. Ao longo do período obteve-se um resultado de 66,66% de execução, o desempenho foi considerado regular.

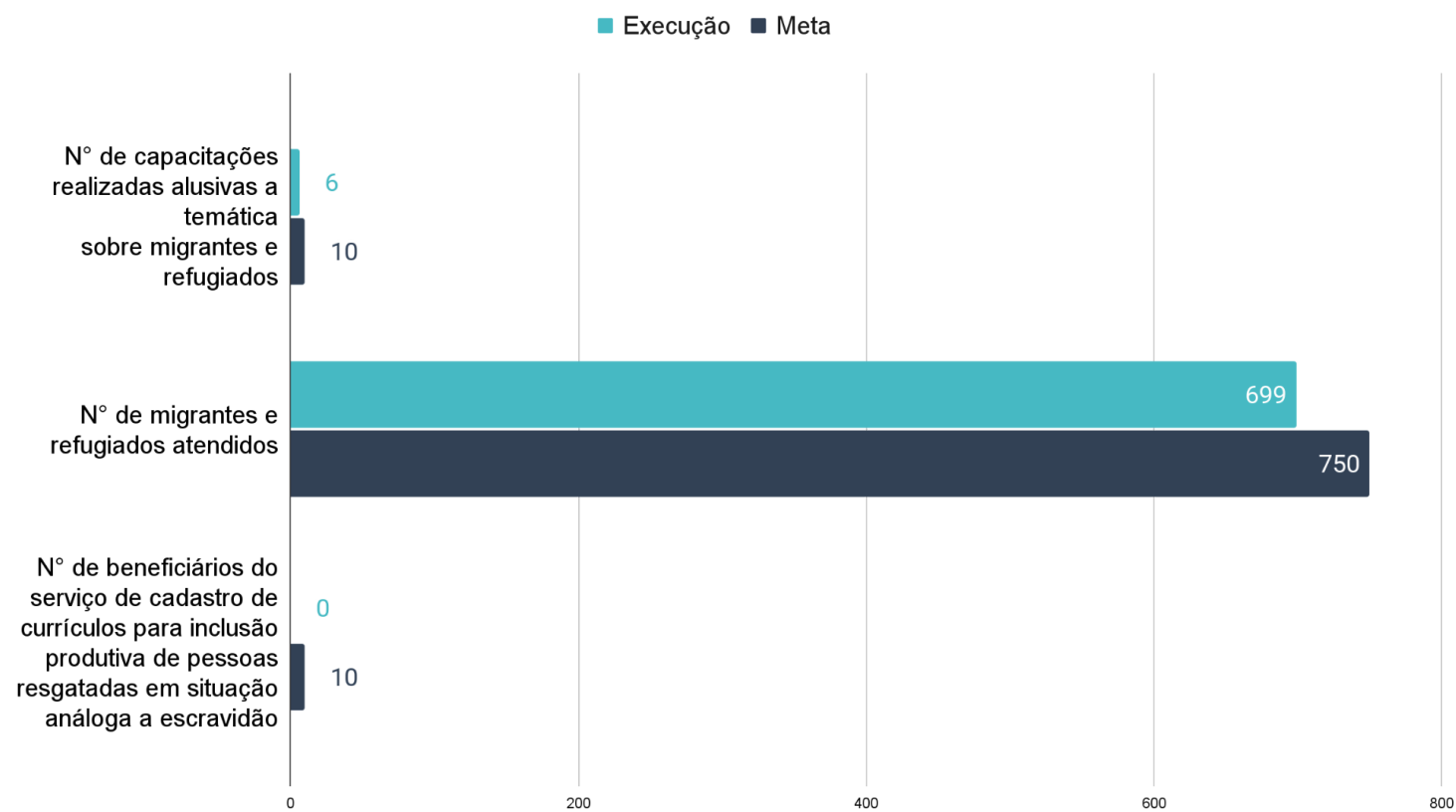
Abaixo apresentaremos a execução dos indicadores em relação a meta programado do ano:



Execução dos Indicadores x Metas



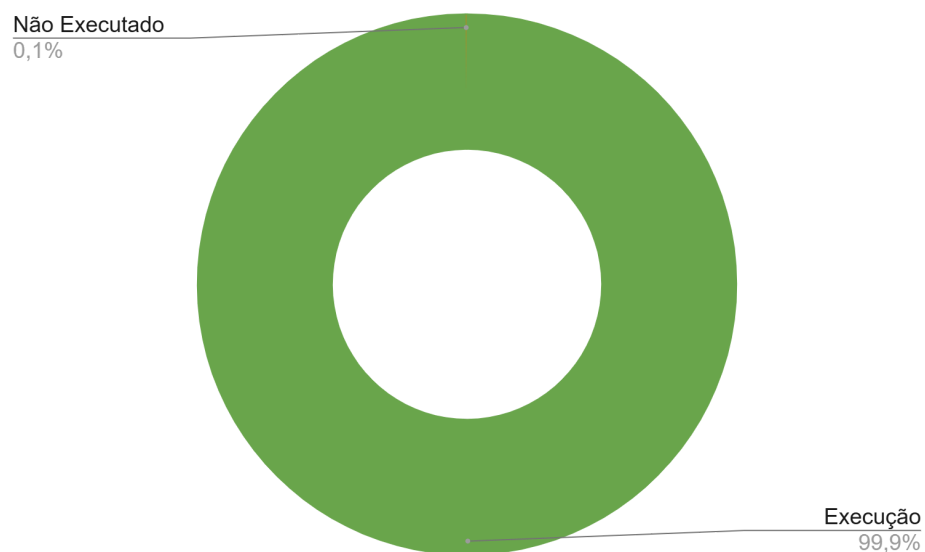
Execução dos Indicadores x Metas



6. Desempenho Global da Gestão Institucional

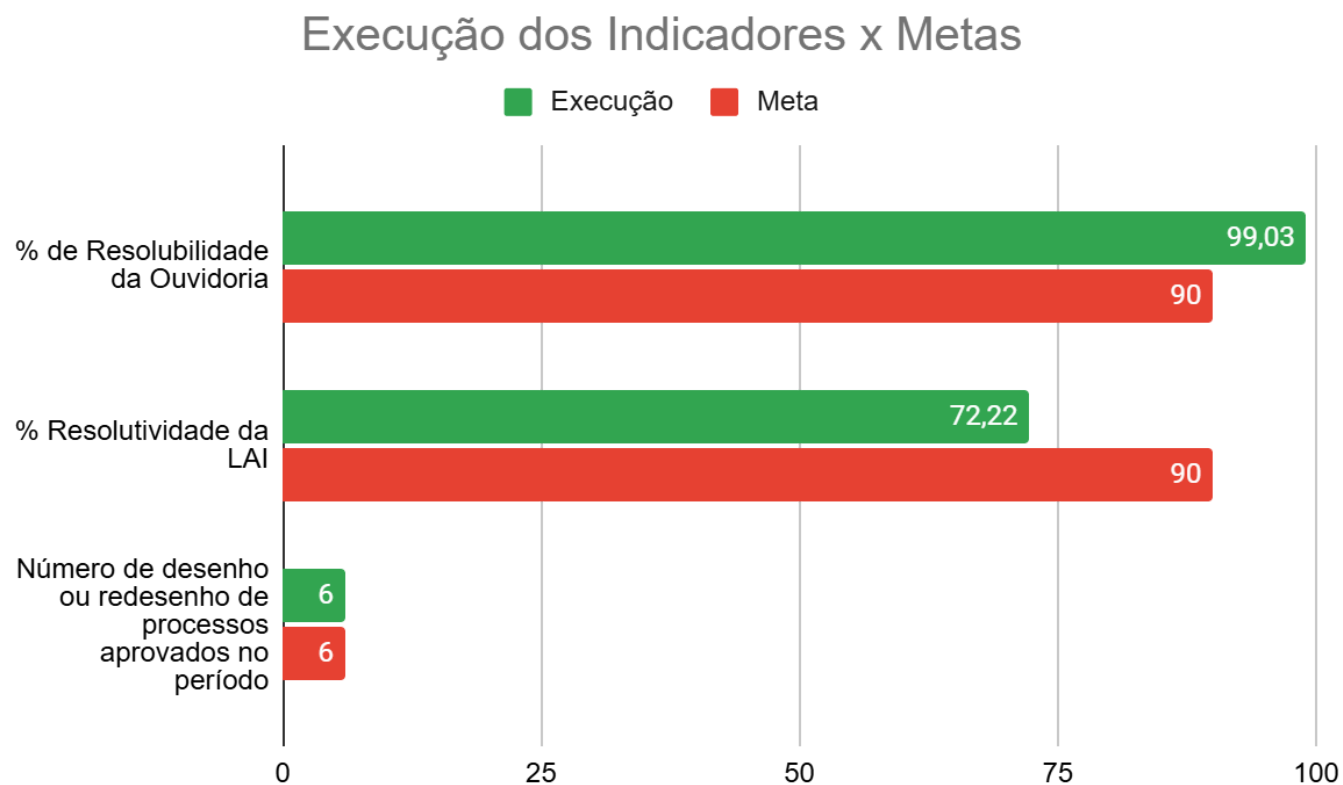
Para além das três principais políticas promovidas pela Secretaria dos Direitos Humanos, destacaremos neste relatório o desempenho global das demais carteiras que compõem a matriz institucional oriundas dos demais departamentos.

6.1 Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento

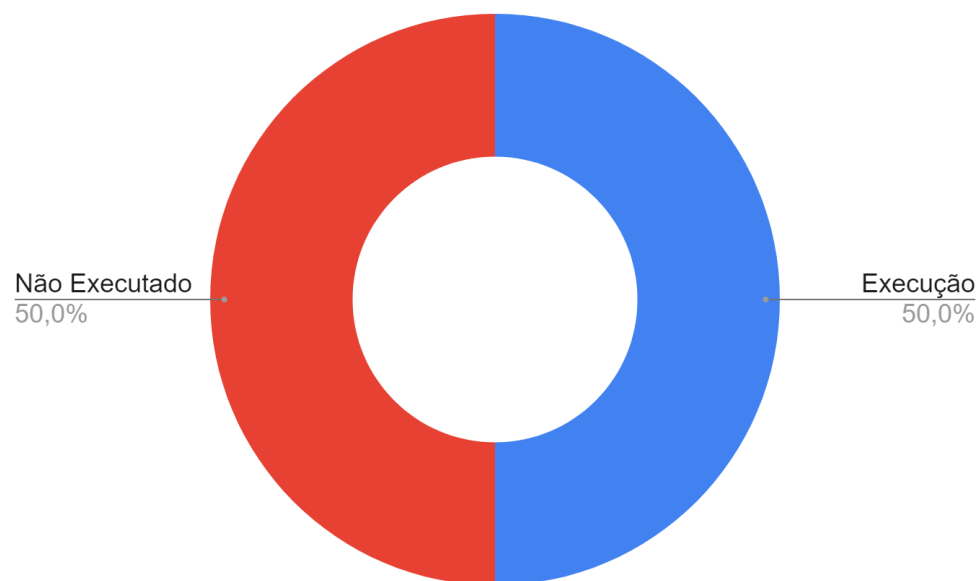


O gráfico refere-se à carteira de indicadores da Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (ASCOI) e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP), contendo três indicadores estratégicos dos quais todos tiveram execução, respectivamente: Resolubilidade da Ouvidoria (%) Resolutividade da Lei de Acesso à Informação (%) - LAI, vinculados a ASCOI e “Número de desenho ou desenhos de processos aprovados no período” esse último vinculado à CODIP.

A carteira abrange o objetivo estratégico 8: Aprimorar a gestão institucional, o controle interno e a governança. No período obteve-se uma execução de 100%, considerado um excelente desempenho. Abaixo apresentaremos a execução dos indicadores em relação a meta programado do ano:



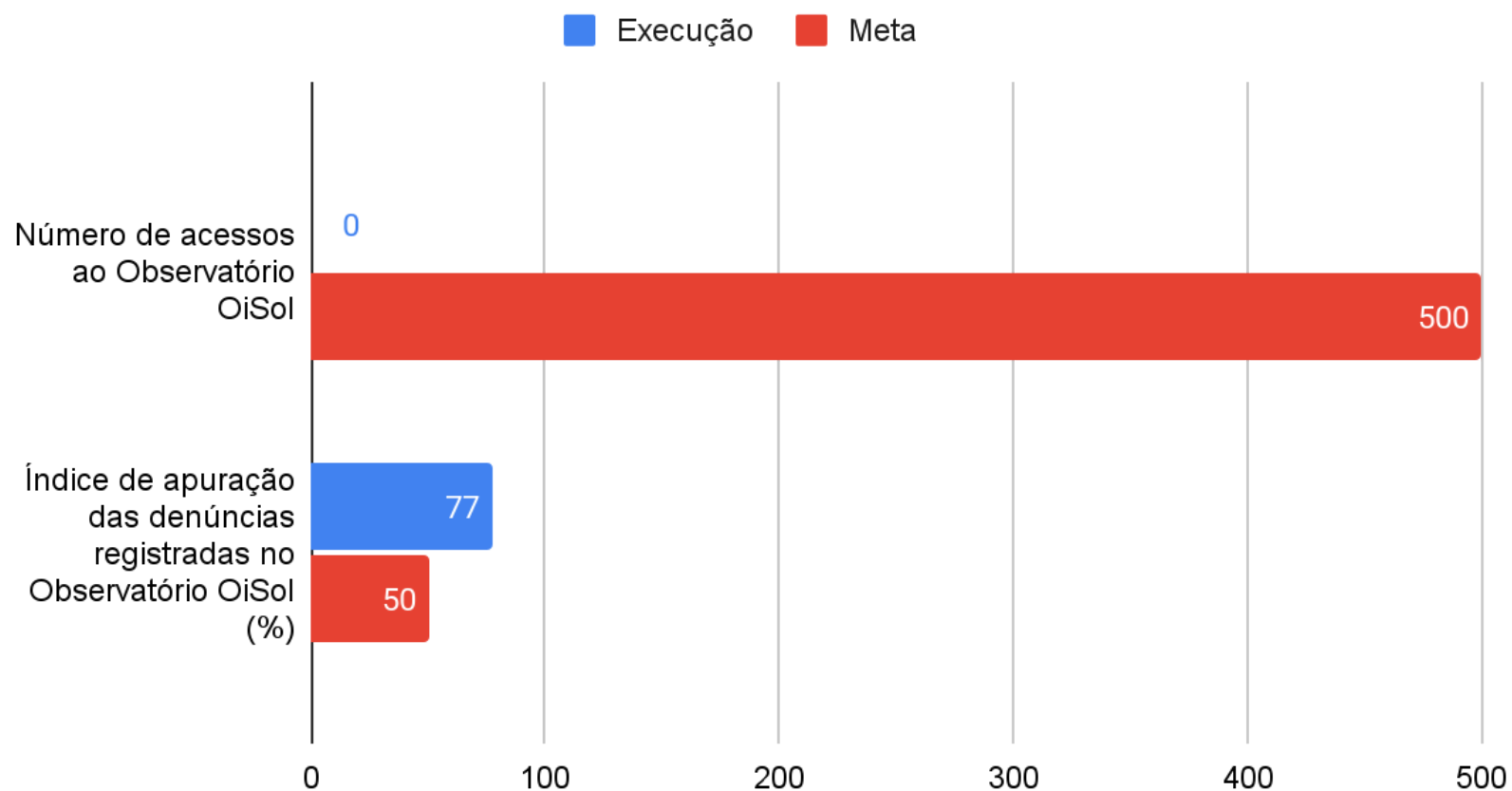
6.2 Observatório de Direitos Humanos



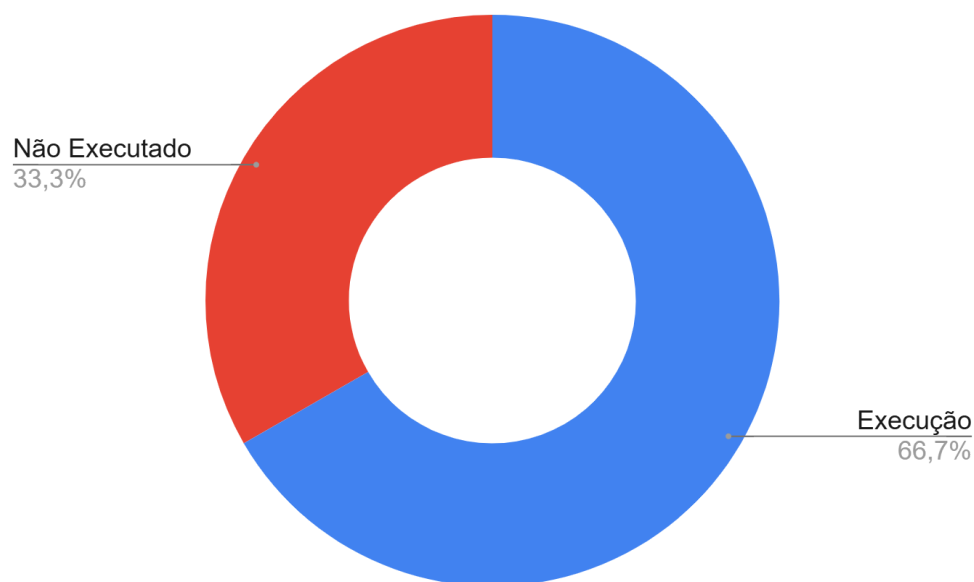
A carteira contempla o objetivo estratégico 9: Fortalecer o Observatório de Direitos Humanos, o gráfico refere-se à carteira do Observatório de Direitos Humanos no qual contém dois indicadores estratégicos: Índice de apuração das denúncias registradas no Observatório e “Número de acessos ao Observatório”.

Esse último não conseguiu ser mensurado pela necessidade da reestruturação administrativa do banco de dados, atualmente pertencente à Secretaria de Proteção Social.

Execução dos Indicadores x Metas



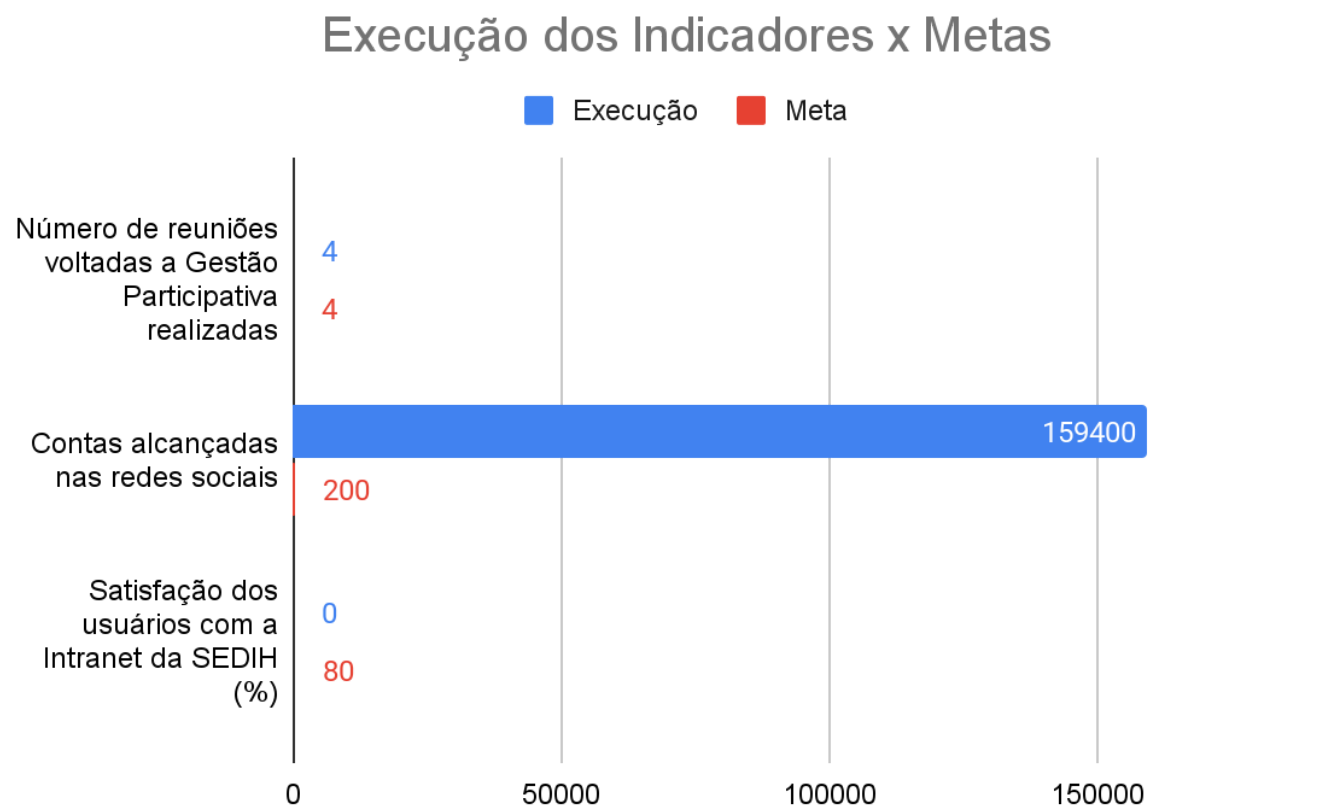
6.3 Comunicação



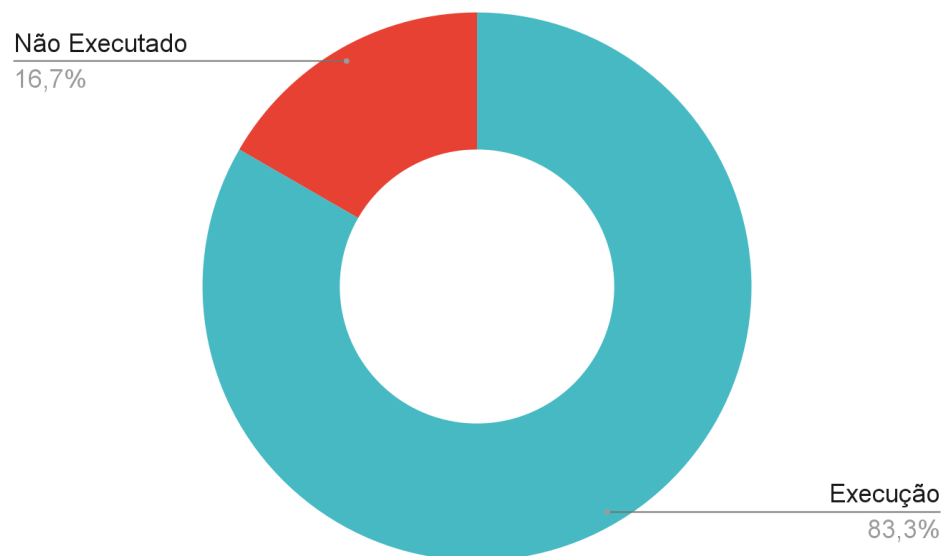
O gráfico refere-se à carteira de indicadores da Assessoria de Comunicação contendo três indicadores estratégicos dos quais, dois tiveram execução, respectivamente: Contas Alcançadas nas redes sociais e Número de reuniões voltadas à Gestão Participativa realizadas.

A carteira abrange o objetivo estratégico 10: Fortalecer a comunicação interna e externa. No período, obteve-se uma execução de 66,7%, o desempenho foi considerado regular para o período, contudo demonstra uma oportunidade de melhoria a fim de se alcançar um desempenho satisfatório (>80%) no próximo exercício.

Abaixo, apresentamos a execução dos indicadores em relação a meta programado do ano:



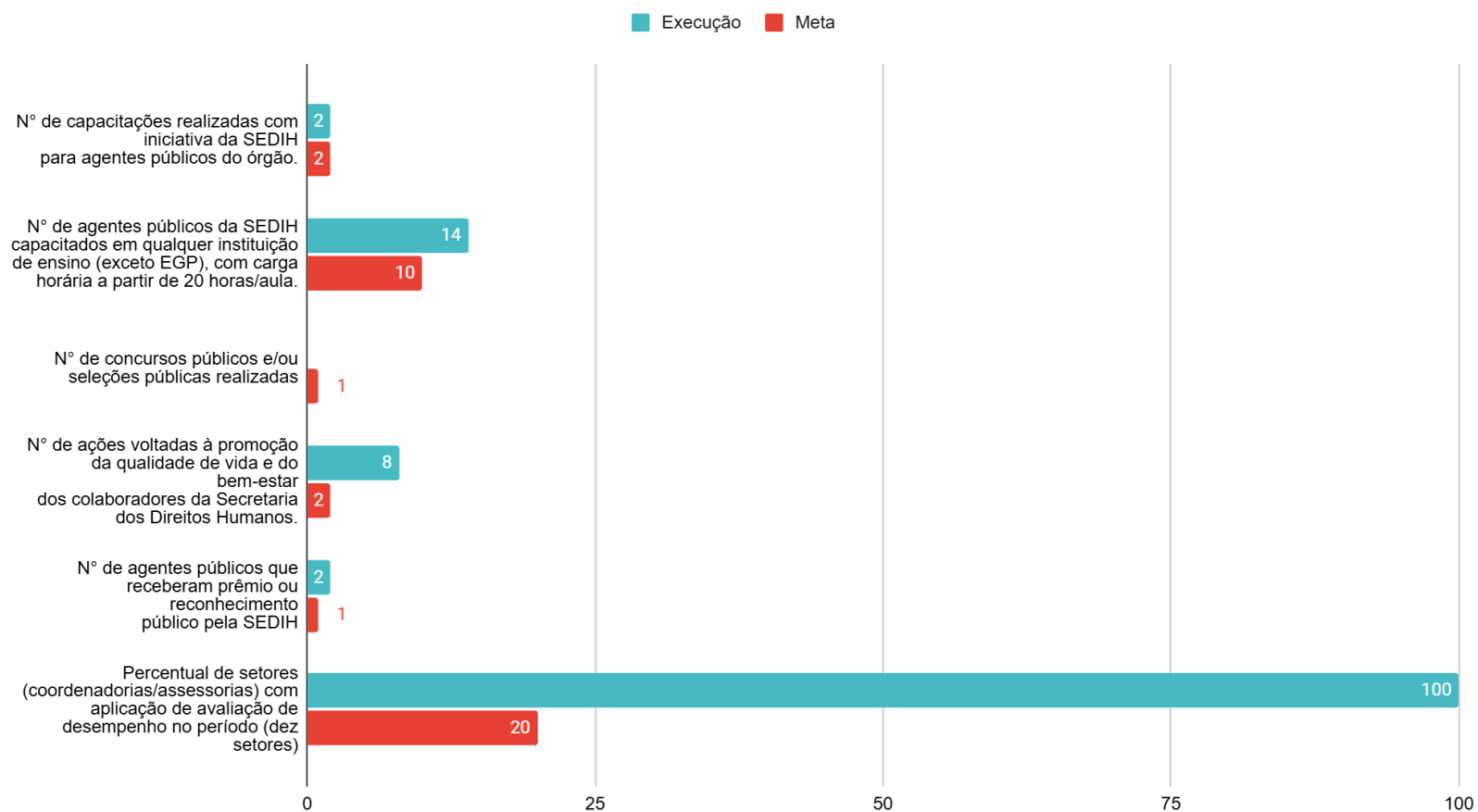
6.4 Gestão de Pessoas



O gráfico refere-se à carteira de indicadores do Núcleo de Gestão de Pessoas contendo seis indicadores estratégicos, dos quais cinco tiveram execução.

A carteira abrange o objetivo estratégico 11: Fortalecer a gestão de pessoas. No período obteve-se uma execução de 83,33%, o que demonstra um desempenho satisfatório no ano de 2024.

Execução dos Indicadores x Metas



7. Objetivos Estratégicos Alcançados ou Parcialmente Alcançados

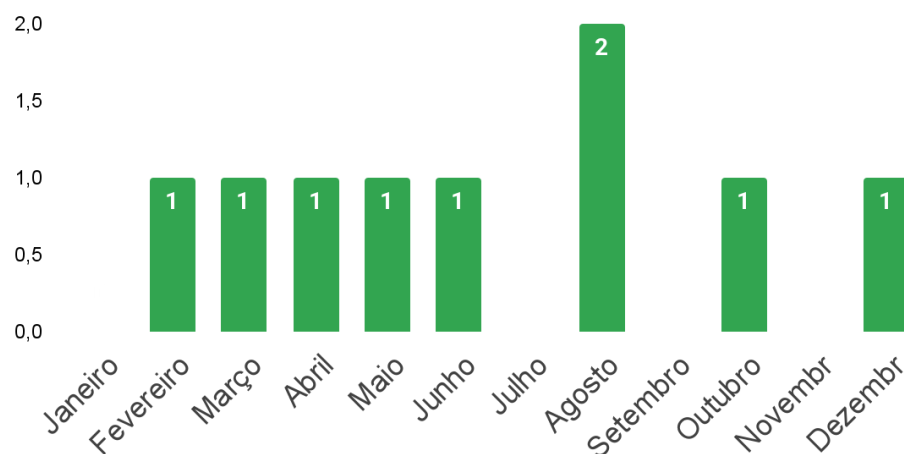
7.1 Objetivo Estratégico 1: Promover o envelhecimento ativo e saudável com o protagonismo da pessoa idosa

Indicador: Número de Eventos Realizados Alusivos a Política da Pessoa Idosa

Definição: Refere-se a capacitações, seminários, oficinas, conferências e fóruns realizados, voltados à defesa de direitos da pessoa idosa no Estado, no enfrentamento a todas as formas de violência e etarismo e na promoção de envelhecimento ativo e saudável, visando a participação de pessoas idosas, gestores/conselheiros municipais e profissionais que atuam diretamente com o atendimento de pessoas idosas.

Parâmetro: A meta estabelecida refere-se a unidade por ano, considerando a média de eventos promovidos nos anos anteriores.

Número de Eventos Realizados Alusivos a Política da Pessoa Idosa



Meta anual: 3 eventos

Realizado: 9 eventos

% de Execução: 300%

Setor Responsável: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para a Pessoa Idosa

Ao longo do ano foram 9 eventos realizados por parte da coordenadoria da pessoa idosa, respectivamente: I) Oficina na Aldeia Pitaguary em Pacatuba com a temática " As formas de violência contra a Pessoa Idosa" para 45 participantes (FEVEREIRO); II) Oficina com a temática "Inclusão e Acessibilidade nas Políticas Públicas", no Bairro Parque Genibaú, em Fortaleza para 20 participantes (MARÇO); III) Oficina no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em Guaiuba com a temática " Envelhecimento ativo e Saudável" para 20 participantes (ABRIL);

IV) "Seminário Estadual pelo dia Internacional da Mulher: Envelhecimento e Diversidade (Mulheres, Idosas, Negras, PCD, LGBTQIA+ e Indígenas" com a temática "A transversalidade do envelhecimento Feminino" para 122 participantes. (MAIO); V) Mês do Junho Violeta, com 26 eventos ocorridos em diversos municípios do Ceará para conscientização e combate a atos de violência contra a pessoa idosa; VI) Café Inclusivo - Escola Lions Jangada com 30 alunos participantes;

E VII) Café Inclusivo - EEMTI Escola Antonieta Siqueira para 60 alunos, ambos no mês de agosto; VIII) Evento Alusivo ao Dia Internacional da Pessoa Idosa/Outubro Prateado, realizado Instituto de Arte e Cultura do Ceará - IAC com um público de 140 pessoas; IX) I fórum da Pessoa Idosa, realizada no município do Cariri.

O número de eventos realizados superou exponencialmente a meta do ano de 2024, valores de execução maiores que 200% podem ser um indicativo que o quadro de metas deve ser reorientado ou que os esforços das ações desenvolvidas estão concentradas em uma temática preferencial.

Os demais indicadores que compõem esse objetivo, respectivamente: Número de Centros de Referência para o envelhecimento ativo e saudável implantado, Número de atendimentos voltados às pessoas idosas que acessarem os Centros de Envelhecimento Ativo e Cidadão e Número de Certificados concedidos/mantidos aos municípios que adere à estratégia Município Cearense Promotor da Política da Pessoa Idosa, não tiveram execução.

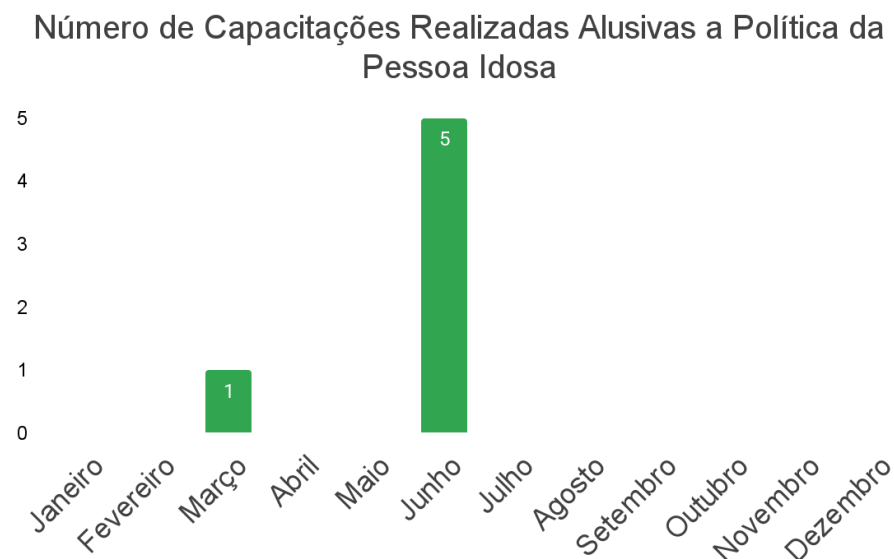
O Centro de Referência de Envelhecimento Ativo e Saudável no qual será localizado na Cidade de Fortaleza ainda não foi inaugurado, o projeto para a implantação está em elaboração e em articulação com o gabinete do Governador, logo os dois indicadores referentes a esse equipamento são impactados, não obtendo execução ao longo do ano. No que concerne ao número de certificados concedidos, o novo ciclo para a concessão está em aguardo da publicação de lei específica, contudo não possui previsão para ser publicada.

7.2 Objetivo Estratégico 2 : Combater a violência contra a pessoa idosa

Indicador: Número de capacitações realizadas alusivas a Política da Pessoa Idosa

Definição: Refere-se à capacitação de pessoas idosas e profissionais de atendimento a pessoas idosas, voltada à defesa de seus direitos, no enfrentamento a todas as formas de violência e etarismo e na promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Parâmetro: A meta estabelecida refere-se ao número de capacitações por ano voltados aos cuidados à pessoa idosa, considerando a média de capacitações realizadas em anos anteriores.



Meta anual: 5 capacitações

Realizado: 6 capacitações

% de Execução: 120 %

Setor Responsável: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para a Pessoa Idosa

Ao longo do ano houve seis (6) capacitações , respectivamente: 1) Seminário intitulado: "A transversalidade do envelhecimento feminino" , realizado na BECE (Biblioteca Pública do Estado do Ceará) abordando diferentes vertentes do envelhecimento feminino. A capacitação teve um público alvo de 122 pessoas idosas incluindo profissionais que atendem a política (MARÇO).

No mês de junho houve cinco capacitações: 1. Formação com alunos de Ensino Médio na EEMTI General Eudoro Corrêa no bairro Parangaba com 50 participantes; 2. Oficina intitulada “Pactuação de Fluxo dos Casos de Violência contra a Pessoa Idosa” no município de Sobral com o alcance de 30 profissionais dos mais diversos órgãos, sendo estes: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Assistência Social, MP, Defensoria, Delegacia Municipal de Sobral, COPAM e Conselho Municipal da Pessoa idosa; 3. Oficina sobre a Campanha "Envelhecer com Dignidade" com 50 participantes do SESC Sobral; 4. Seminário na Academia Cearense de Segurança Pública - AESP – Seminário na Formação de Agentes da Área da Segurança Pública como Promotores da Política da Pessoa Idosa com 190 oficiais da Segurança Pública do Estado; 5. Oficina para servidores da Companhia Docas do Ceará com 20 pessoas participantes.

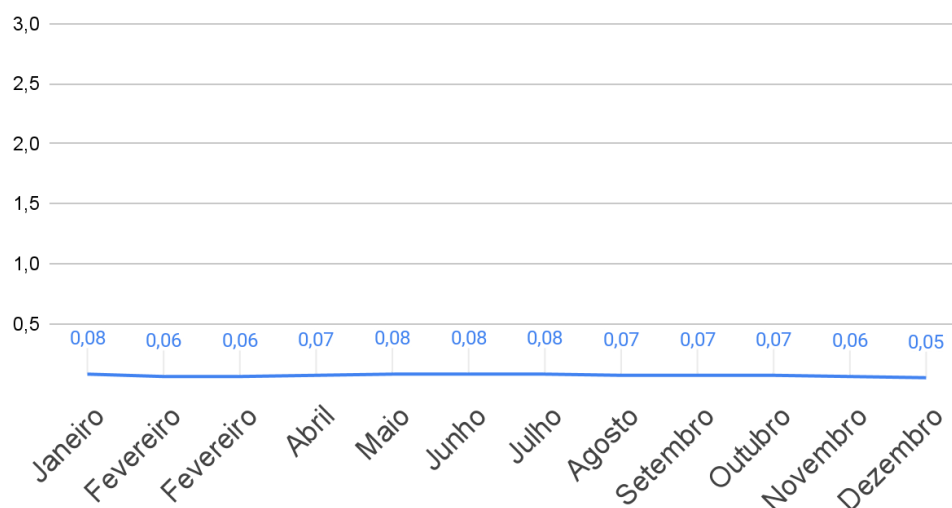
O número de capacitações realizadas superou a meta do ano no primeiro semestre de 2024. Valores de execução maiores que 100% pode ser um indicativo que o quadro de metas deve ser reorientado ou que os esforços das ações desenvolvidas estão concentradas em uma temática preferencial.

Indicador: Pessoas Idosas com Direitos Violados Notificados (%)

Definição: O indicador mede o número de casos registrados de pessoas com 60 anos ou mais com direitos violados notificados no Ceará, considerando o número de pessoas com 60 anos ou mais residentes no Estado do Ceará. A base de cálculo do indicador possui duas variáveis: 1. Total de Violações Contra a Pessoa Idosa/ 2. Total da população idosa no Ceará conforme último censo demográfico (909.475 pessoas idosas) x 100. A unidade de medida é percentual. A fonte utilizada dos registros de violações contra a Pessoa Idosa foi o Observatório de Direitos Humanos. A fonte utilizada referente aos registros da população idosa foi o IBGE.

Parâmetro: O indicador foi utilizado com base nos indicadores temáticos do Planejamento Plurianual (2020-2023) referente a temática da pessoa idosa.

Percentual de Pessoas Idosas com Direitos Violados Notificados



Meta anual: 0.8%

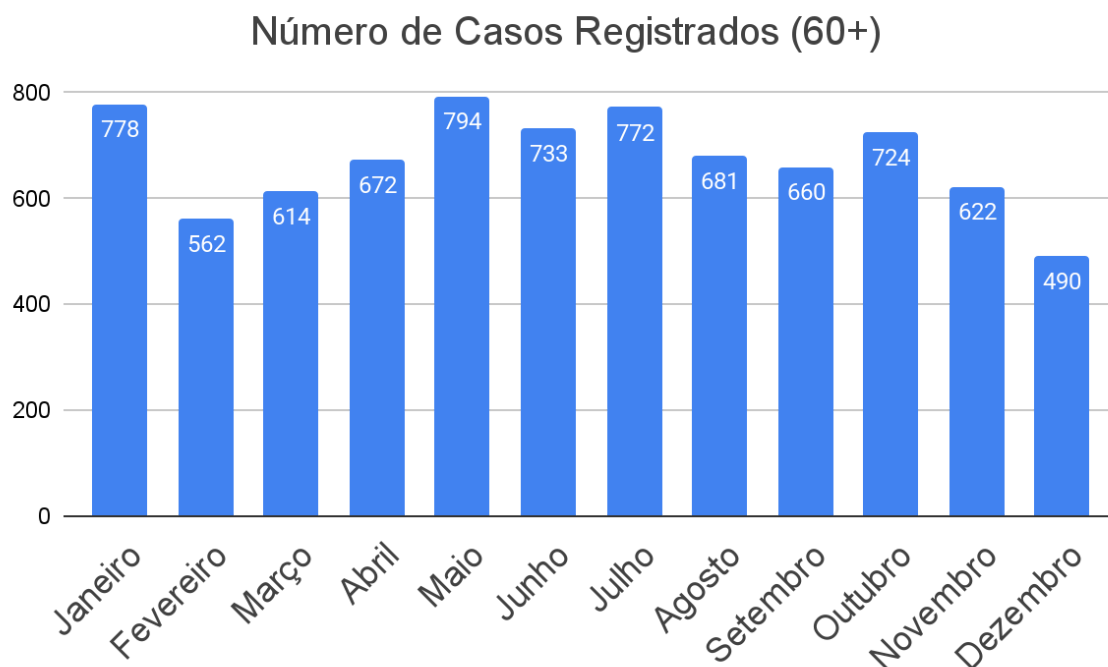
Realizado: 0.06% (média percentual dos últimos 12 meses)

Polaridade: Quanto menor, melhor.

Setor Responsável: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para a Pessoa Idosa.

O indicador mensura a taxa de violações dos direitos humanos com um recorte específico para as pessoas idosas. Esse monitoramento é fundamental para avaliar a eficácia das políticas públicas voltadas à proteção desse grupo social e garantir a implementação de ações preventivas e corretivas.

Verifica-se que no ano de 2024 o percentual possui oscilações sucintas, iniciando com o maior percentual no mês de janeiro e o menor no mês de dezembro, comportamento esperado para a dimensão do indicador. Abaixo os números dos casos registrados no período de janeiro a dezembro de 2024:



Os dados foram coletados pela área responsável na página do Observatório de Indicadores dos Direitos Humanos (acesso em 21 de março de 2025).

O desempenho foi considerado satisfatório para o período, tendo em vista que o indicador atingiu um percentual menor que a meta estipulada do ano.

A análise dos dados ao longo de 2024 revela uma tendência de aumento significativo na quantidade de notificações de violações. O menor número registrado ocorreu no mês de dezembro, com 490 notificações, enquanto o maior foi observado em maio, com um total de 794 notificações.

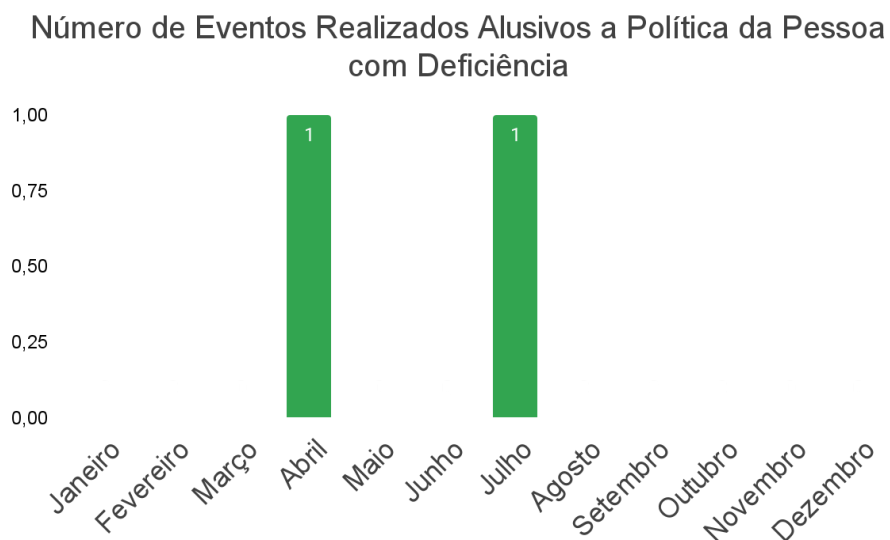
Essa variação resulta em uma amplitude de 304 pontos, demonstrando que o indicador está sujeito a significativas oscilações ao longo do ano. Em média, foram registrados 675 casos por mês, evidenciando um volume expressivo de ocorrências. A perspectiva social é que com a expansão das políticas orientadas para a defesa e promoção da política da pessoa idosa, ao longo dos próximos anos, o número de registros de violência a esse grupo etário alcance um número inexpressivo.

7.3. Objetivo Estratégico 3: Promover a interiorização da Política da Pessoa com Deficiência.

Indicador: Número de eventos realizados alusivos a política da Pessoa com Deficiência

Definição: Refere-se à realização de conferências, fóruns e eventos afins, voltados à defesa de direitos da pessoa com deficiência no Estado, no enfrentamento a todas as formas de violência.

Parâmetro: A meta estabelecida refere-se a quantidade de eventos anuais planejados para o período, são eles: mês alusivo a pessoa com deficiência e evento para promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



Meta anual: 3

Realizado: 2

% de Execução: 66,66%

Setor Responsável: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para as Pessoas com Deficiência.

Foi realizada no mês de abril a V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará, no Hotel Oásis Atlântico Imperial, em Fortaleza. O evento debateu os desafios e propostas para potencializar políticas voltadas às pessoas com deficiência. O público é composto de delegados previamente eleitos nas conferências municipais que aconteceram por todo o Estado.

Os debates do evento foram em torno de cinco eixos temáticos, sendo eles: estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurando a participação das pessoas com deficiência; garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada; financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência; cidadania e acessibilidade; e os desafios para a comunicação universal.

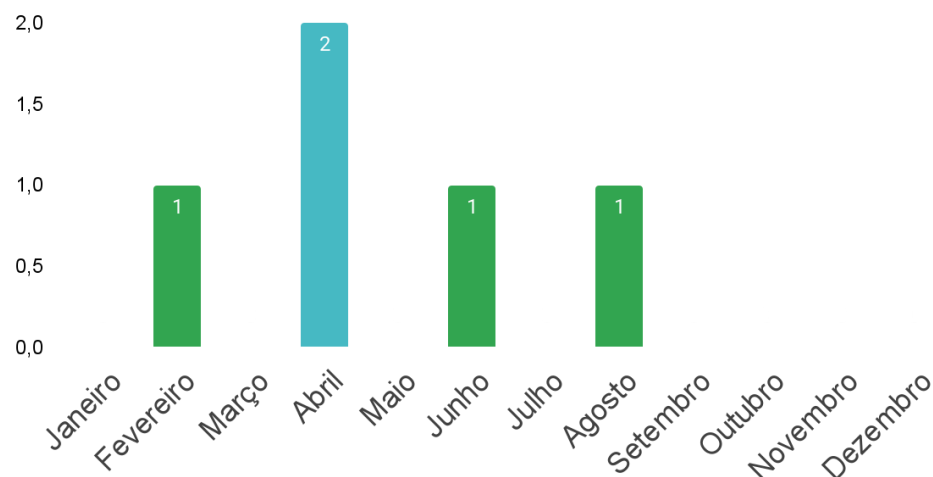
O segundo evento realizado, foi o evento de adesão ao programa federal, o Novo Viver sem limites, o programa atua em quatro eixos: gestão e participação Social; enfrentamento ao capacitismo e à violência; acessibilidade e tecnologia assistiva; promoção do direito à educação, à assistência social e à saúde, e de outros direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O evento foi realizado em 2 de julho de 2024, no Palácio da Abolição, em Fortaleza.

Indicador: Número de capacitações realizadas alusivas a política da Pessoa com Deficiência

Definição: Refere-se à promoção de seminários, palestras, oficinas, rodas de conversas e afins, sobre as temáticas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, visando a participação das pessoas com deficiência e profissionais, gestores/conselheiros municipais e profissionais que atuam diretamente com o atendimento das pessoas com deficiência.

Parâmetro: A meta refere-se ao planejamento de 04 capacitações anuais, tendo em vista a média de capacitações realizadas em anos anteriores.

Número de Capacitações Realizadas Alusivas a Política da Pessoa com Deficiência



Meta anual: 4

Realizado: 5

% de Execução: 120%

Setor Responsável: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para as Pessoas com Deficiência.

Ao todo foram cinco (5) palestras realizadas ao longo do ano de 2024, respectivamente: 1) : Palestra com o " Tema: Atendimentos às Pessoas com Deficiência" a palestra foi voltada aos servidores Públicos da Secretaria da Proteção Social do Estado do Ceará - SPS (FEVEREIRO) ;

2) Palestra com tema "Direitos da Pessoa Autista na comunidade escolar Cristo Redentor " (ABRIL); 3) 1º Colóquio Caririense Transdisciplinar do Transtorno do Espectro Autista, entender, compreender, respeitar e incluir em Juazeiro do Norte -CE (ABRIL);

4) Seminário sobre anti capacitismo para os profissionais do Hospital São José para tratar do atendimento para pessoas com deficiência. (JUNHO) e 5) Palestra Magna no município de Pedra Branca com o tema: “O afeto e cuidado no desenvolvimento de crianças com deficiência nas Oficinas Regionalizadas em alusão ao mês da Primeira Infância na sensibilização ao trabalho com as crianças PCDs e suas famílias”.

No que concerne ao indicador “Número de Selo de Acessibilidade Concedidos” que integra ao objetivo específico 3, esse não houve execução pois a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para as Pessoas com Deficiência está em fase de reformulação da entrega com previsão para o exercício de 2025.

O título é concedido como forma de promover a interiorização de políticas públicas, estimular o fortalecimento de ações e maior participação social dos municípios no planejamento. O processo de certificação inclui etapas de criação e efetivação dos conselhos municipais, elaboração e execução dos planos municipais e formação e assessoramento das equipes técnicas e do controle social.

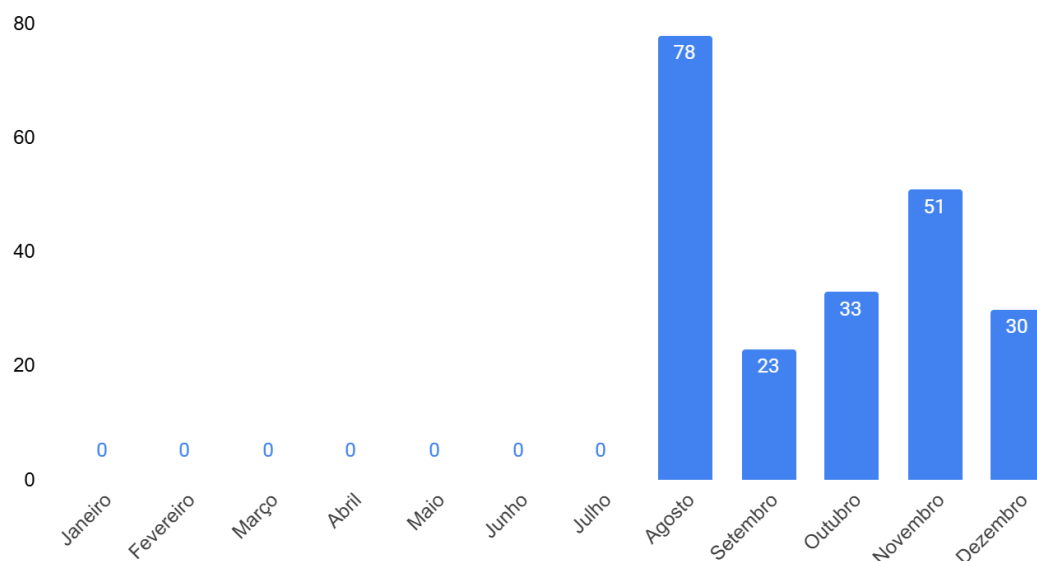
7.4. Objetivo Estratégico 4: Promover a acessibilidade à informação, ao mercado de trabalho e aos espaços públicos.

Indicador: Número de atendimentos realizados pelo serviço de interpretação de libras e audiodescrição

Definição: Refere-se à realização de atendimentos às pessoas com deficiência, por meio da Central de Libras da Secretaria dos Direitos Humanos.

Parâmetro: A meta estabelecida refere-se ao número de atendimentos realizados por meio da Central de Libras da Secretaria dos Direitos Humanos, a previsão é que a Central conte com 8 (oito) intérpretes com capacidade de atendimento de 1.000 (mil) pessoas por ano.

Número de atendimentos realizados pelo serviço de interpretação de libras e audio descrição



Meta anual: 300 atendimentos

Realizado: 215

% de Execução: 71,66%

Setor Responsável: Coordenadoria de Especial de Políticas Públicas Para as Pessoas com Deficiência

A central de libras iniciou seu projeto piloto em agosto de 2024, logo nos meses antecedentes não houve execução. Embora seu funcionamento tenha ocorrido apenas no segundo semestre de 2024, o desempenho foi considerado satisfatório para o período. No que concerne aos demais indicadores do objetivo estratégico 4, no qual contempla os respectivos indicadores: 1) “Número de beneficiários do serviço de cadastro de currículos para inclusão produtiva de pessoas com deficiência”, 2) “Número de Selos de Acessibilidade concedidos” e 3) “Número de espaços inclusivos de lazer e socialização, alusivos ao Projeto Praia Acessível implantados”.

O indicador 1 ainda não foi executado, a previsão é que esse indicador ocorra apenas no exercício de 2025, tendo em vista, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para a Pessoa com Deficiência encontra-se em articulação com outros parceiros para implantar o serviço;

No que concerne ao indicador 2, a Coordenadoria está em fase de reformulação do selo de acessibilidade. O título é concedido como forma de promover a interiorização de políticas públicas, estimular o fortalecimento de ações e maior participação social dos municípios no planejamento. O processo de certificação inclui etapas de criação e efetivação dos conselhos municipais, elaboração e execução dos planos municipais e formação e assessoramento das equipes técnicas e do controle social;

O indicador 3, o projeto foi sub-rogado da Secretaria de Proteção Social à Secretaria dos Direitos Humanos no mês de abril do ano de 2024, desde então a Coordenação de Políticas Públicas Especial para as Pessoas com Deficiência está em elaboração da nova edição do projeto. Atualmente, o estado conta com quatro estações do Praia Acessível, em Fortaleza, Caucaia, Aracati e Aquiraz.

Contudo, a meta final é de alcançar mais duas estações, porém ainda não foi consolidado por parte da OSC responsável as duas últimas estações referente a meta do indicador a previsão está para o segundo semestre de 2024.

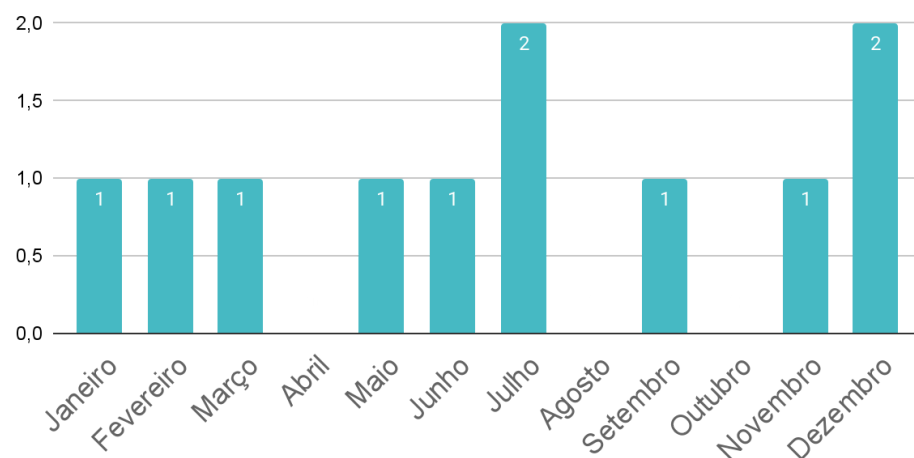
7.5 Objetivo Estratégico 5: Fortalecer as políticas públicas em direitos humanos nas macrorregiões

Indicador: Número de eventos realizados alusivos à temática dos direitos humanos

Definição: Refere-se a realização de eventos voltados à promoção e fortalecimento das políticas públicas de Direitos Humanos, visando a participação de indivíduos, gestores, conselheiros e profissionais que atuam diretamente com a temática de Direitos Humanos.

Parâmetro: A meta foi estabelecida considerando a média de eventos realizados em anos anteriores.

Número de eventos realizados alusivos a temática dos direitos humanos



Meta anual: 15 eventos

Realizado: 11 eventos

% de Execução: 73,33%

Setor Responsável: Coordenadoria de Políticas Públicas Dos Direitos Humanos.

Ao longo do ano foram 12 eventos realizados, respectivamente : 1) Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em parceria com a Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Ceará (COETRAE-CE), (JANEIRO);

2) “Marchinha de Prevenção e Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e do Adolescentes” conscientizando as pessoas sobre o tema com a distribuição de materiais informativos (FEVEREIRO), 3) COMIGRAR/CE - CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MIGRAÇÕES, REFÚGIO E APATRIDIA (MARÇO) ;

4) Fortalecimento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e do Adolescentes com palestras e panfletagem na sede do VAPT VUPT Messejana, do município de Fortaleza. (MAIO); 5) Junho Catavento - Enfrentamento e prevenção de trabalho infantil;

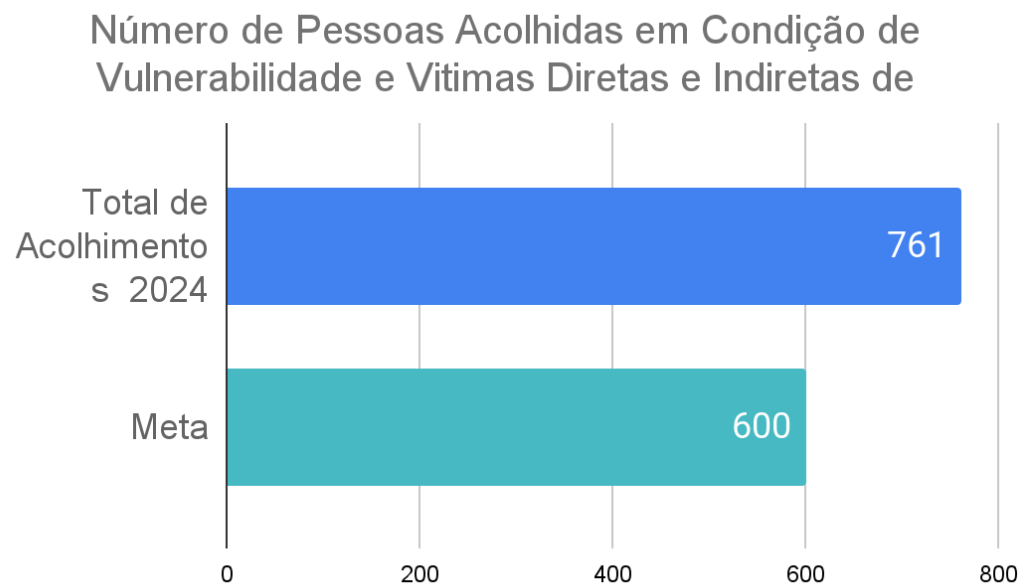
6) Coração Azul - Enfrentamento e prevenção do tráfico de pessoas; 7) X Semana Nacional de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (JULHO); 8) Acolher a Esperança , Enfrentamento ao Desaparecimento de Pessoas (SETEMBRO); 9) O evento anual alusivo a Justiça Restaurativa , Mediação e Cultura de Paz, ocorreu entre os dias 18 a 22 de novembro na Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), intitulado “Semana Estadual da Justiça Restaurativa” promovida pelo Conselho Interinstitucional de Justiça Restaurativa;

10) Cine Debate – Cuidar dos mais Jovens é proteger o futuro (Enfrentamento ao abuso sexual de Crianças e Adolescentes – (Dezembro); 11) Work Shop “Diálogos transformadores em Justiça Restaurativa e Direitos Humanos” (Dezembro).

Indicador: Número de pessoas acolhidas em condição de vulnerabilidade e vítimas diretas e indiretas de violações de Direitos Humanos, crimes violentos e outras violências.

Definição: Refere-se ao quantitativo de pessoas acolhidas no Centro de Referência dos Direitos Humanos (CRDH) e no Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV).

Parâmetro: A meta foi estabelecida considerando a média dos acolhimentos em anos anteriores.



Meta anual: 600 pessoas acolhidas

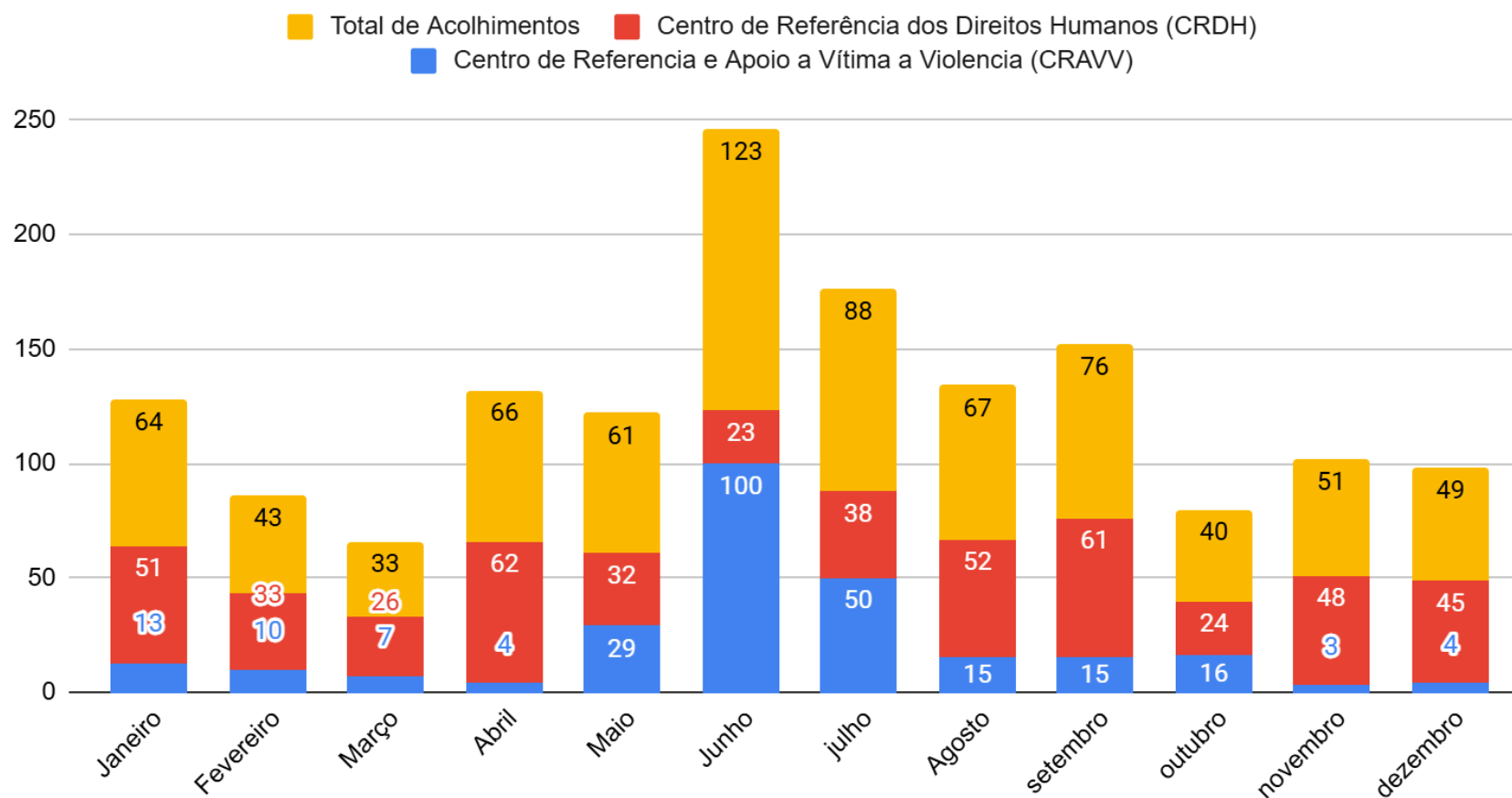
Realizado: 761 pessoas acolhidas

% de Execução: 126%

Setores Responsáveis: CRAVV e CRDH

O total de acolhimentos é composto pelo quantitativo dos dados de janeiro a dezembro do CRAVV e do CRDH. Verifica-se que o número de pessoas acolhidas foi expressivo em relação à meta anual de 600 pessoas. Abaixo os dados estratificados de cada departamento ao longo do período.

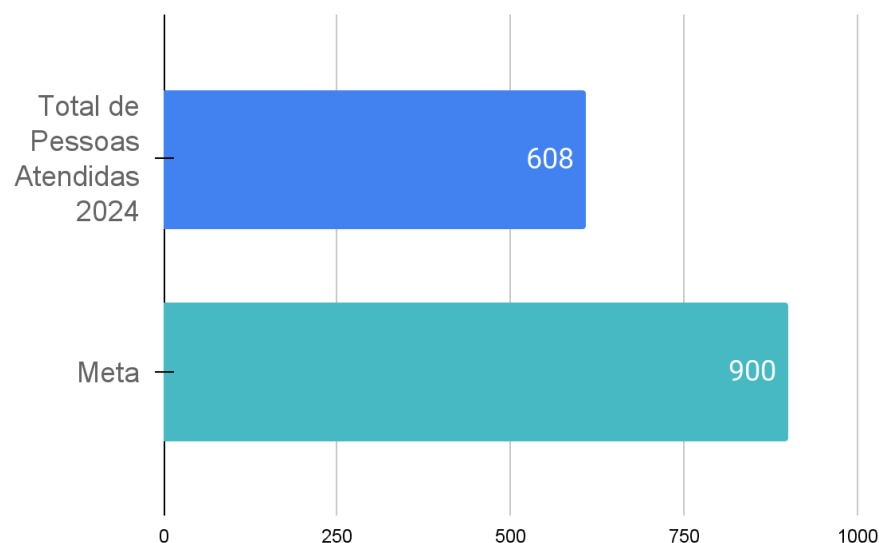
Centro de Referência e Apoio a Víctima a Violência (CRAVV), Centro de Referência dos Direitos Humanos (CRDH) e Total de Acolhimentos



Indicador: Número de Pessoas atendidas por Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas já implantados (PROVITA, PPDH, PPCAAM e PPPRO).

Definição: Refere-se ao quantitativo de pessoas atendidas pelos programas de proteção do Estado: PROVITA, PPDH, PPCAAM e PPPRO).

Parâmetro: A meta foi estabelecida considerando a média dos atendimentos em anos anteriores.



Meta anual: 900 pessoas atendidas

Realizado: 608 pessoas atendidas

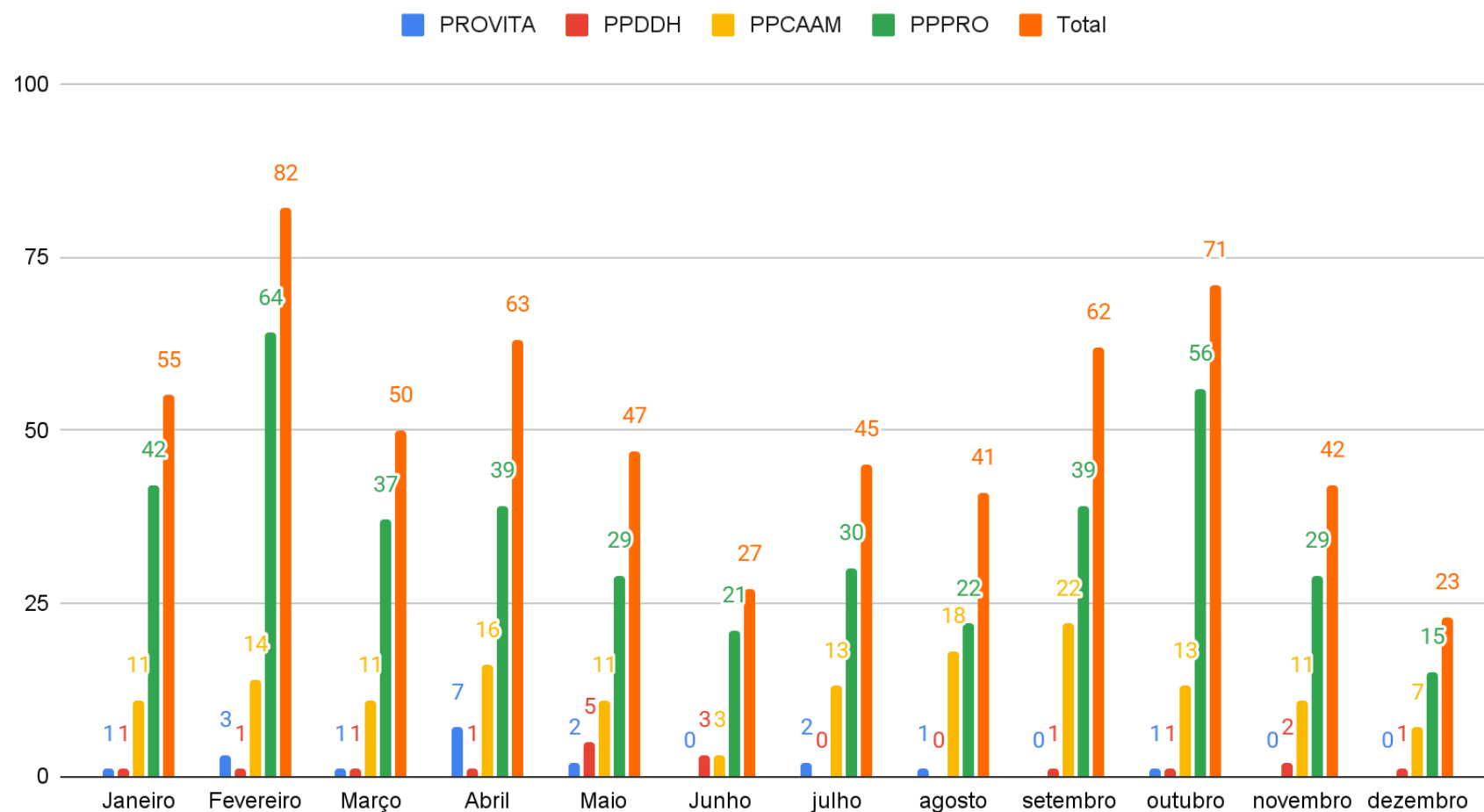
% de Execução: 68%

Setor Responsável: NAPP

O total de atendimentos é composto pelo quantitativo dos dados de janeiro a dezembro provenientes do Núcleo de Assessoria aos Programas de Proteção.

Verifica-se que ao longo do ano o número de pessoas acolhidas foi regular em relação à meta anual de 900 pessoas atendidas. Abaixo os dados estratificados de cada programa ao longo do período.

PROVITA, PPDDH, PPCAAM, PPPRO



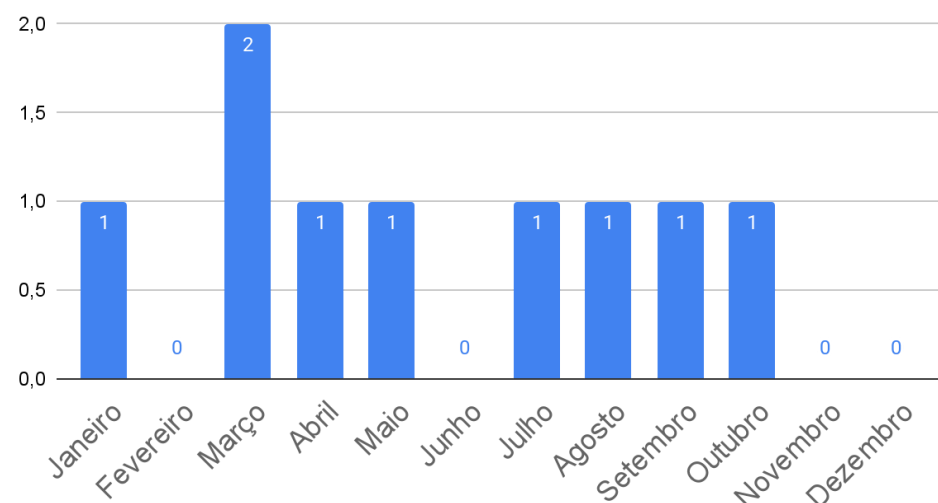
7.5 Objetivo Estratégico 6: Assegurar a reparação das violações dos direitos humanos ocorridas no contexto da repressão política.

Indicador: Número de eventos realizados alusivos a memória e verdade

Definição: Refere-se à realização de eventos alusivos e educativos a respeito da memória e educação em Direitos Humanos, direcionados para indivíduos, profissionais, gestores e articuladores, por meio de reuniões, palestras, congressos, conferências, fóruns e eventos afins.

Parâmetro: A meta foi estabelecida conforme média de eventos realizados em anos anteriores.

Número de Eventos Realizados Alusivos a Memória e Verdade



Meta anual: 5

Realizado: 9

% de Execução: 180 %

Setor Responsável: Célula de Relações Institucionais e Articulação Regional dos Direitos Humanos.

Diversos eventos foram realizados nesse período, respectivamente: 1. Palestra: Memória, Verdade e Justiça para turma de calouros da turma de História, da UECE, campus Fortaleza/CE; (JANEIRO) ; 2. Palestra Memória, Verdade e Justiça para os estudantes do curso de história, no auditório do curso de História da UFC, em Fortaleza/CE (MARÇO); 3. Aula inaugural eletiva Memória, Verdade e Justiça, uma aula on-line em parceria com SEDUC e com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania Secretaria dos Direitos Humanos da ALECE, em Fortaleza/CE (MARÇO);

4. Aula inaugural eletiva Memória, Verdade e Justiça para os alunos da escola EEMTI Governador César Cals de Oliveira Filho, no município de Quixadá/CE (ABRIL); 5. 1º Cine Memória e Verdade na Sede da Secretaria dos Direitos Humanos - SEDIH, com foco em aproximar os servidores e colaboradores da pauta de Memória e Verdade (MAIO); 6) Cinema na SEDIH com a pauta memória e verdade (JULHO); 7) Palestra 50 Anos Martírio do Frei tito, que ocorreu no auditório da Reitoria da UFC (AGOSTO);

8) Programa Memória e Verdade na Rádio Universitária; Tema: Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos e Comissão Nacional da Anistia, com a participação da Presidente da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (SETEMBRO) ; 9) Palestra do Primeiro Curso de Defensoras Populares, sobre a temática Memória, Verdade, Justiça e Reparação com a participação de 92 defensoras populares.

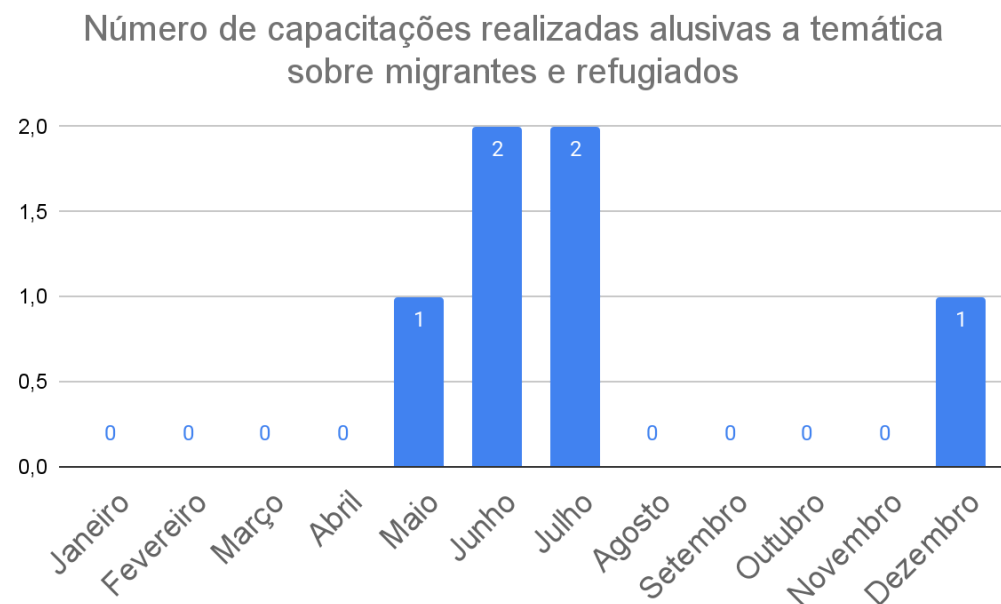
O indicador ultrapassou a meta em sua totalidade, o que é considerado satisfatório. Outro indicador que compõe o objetivo é o “Número de materiais impressos, como livros ou dossiês individuais”, que refere-se a publicações de materiais impressos, como livros ou dossiês individuais, envolvendo o trabalho de compilação de dados contidos nos processos julgados e produtos de atividades de memória oral, bem como as relacionadas aos Direitos Humanos, contudo esse indicador não teve execução.

7.6. Objetivo Estratégico 7: Promover a justiça social para os migrantes e refugiados

Indicador: Número de capacitações realizadas alusivas à temática sobre migrantes e refugiados

Definição: Refere-se à promoção de seminários, palestras, oficinas, rodas de conversas e afins, sobre as temáticas relacionadas à temática sobre migrantes e refugiados.

Parâmetro: A meta foi estabelecida mediante média de capacitações realizadas em anos anteriores.



Meta anual: 10

Realizado: 6

% de Execução: 60 %

Setor Responsável: Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante.

Ao longo do ano houve seis capacitações, respectivamente: 1. Palestra On-Line: Fórum Clóvis Beviláqua (Inclusão em Foco) com a pauta Atendimento no Judiciário a Imigrantes com a temática de acesso a serviços públicos, inserção socioeconômica e enfrentamento a violações de direitos no âmbito do Ceará com 61 pessoas formadas (maio); 2. Seminário: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Análogo ao de Escravo com a pauta: “ Nos 60 ANOS DA DIOCESE DE CRATEÚS a Rede Um Grito pela Vida reacende a Esperança para enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Trabalho em Condições Análogas à Escravidão neste chão de Profecia”, com 160 pessoas formadas (JUNHO);

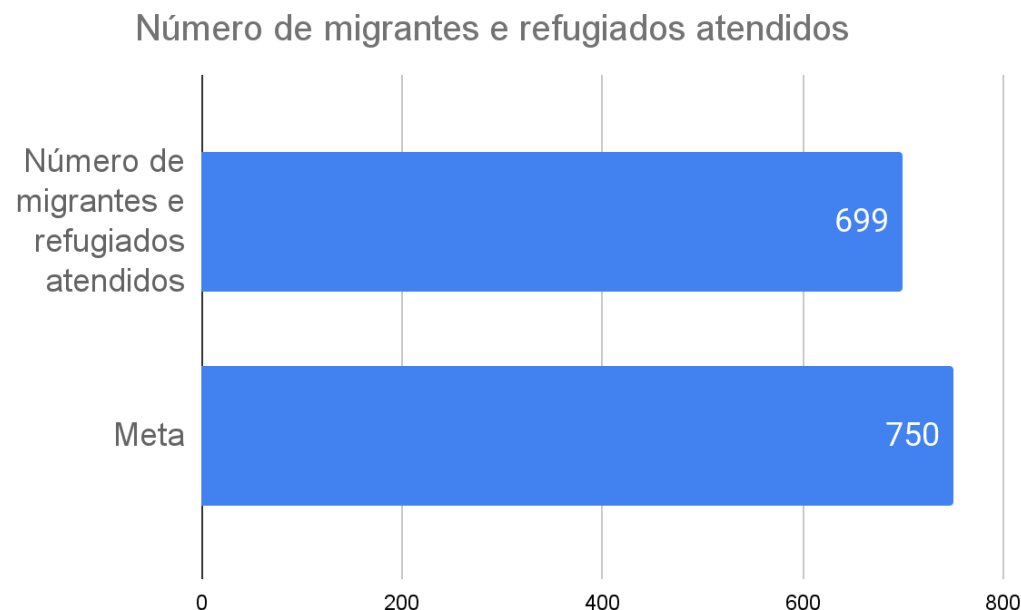
3. Seminário: Direitos em Pauta, Migração, Refúgio, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, o seminário foi idealizado como forma de capacitar e disseminar informações, formar e reproduzir conhecimentos acerca das temáticas apresentadas. O público alvo consistiu na Equipe Técnica do CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, CAPS e Educadores/as Sociais no município de Paraipaba.

Ao todo foram 23 pessoas formadas (JUNHO); 4. Seminário: Capacitação, Prevenção e Enfrentamento ao Trabalho Escravo no Ceará, idealizado como forma de capacitar e disseminar informações sobre a prevenção e o enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão realizado no município de Sobral (JULHO); 5. Seminário regional sobre a prevenção e o combate ao tráfico de pessoas (JULHO) e; 6. Seminário Migração e Refúgio: Centro Universitário Farias Brito (Curso de Direito) || Sede Aldeota, (DEZEMBRO).

Indicador: Número de migrantes e refugiados atendidos

Definição: Refere-se ao número de migrantes e refugiados atendidos.

Parâmetro: A meta foi estabelecida mediante média de atendimento realizados em anos anteriores.



Meta anual: 750

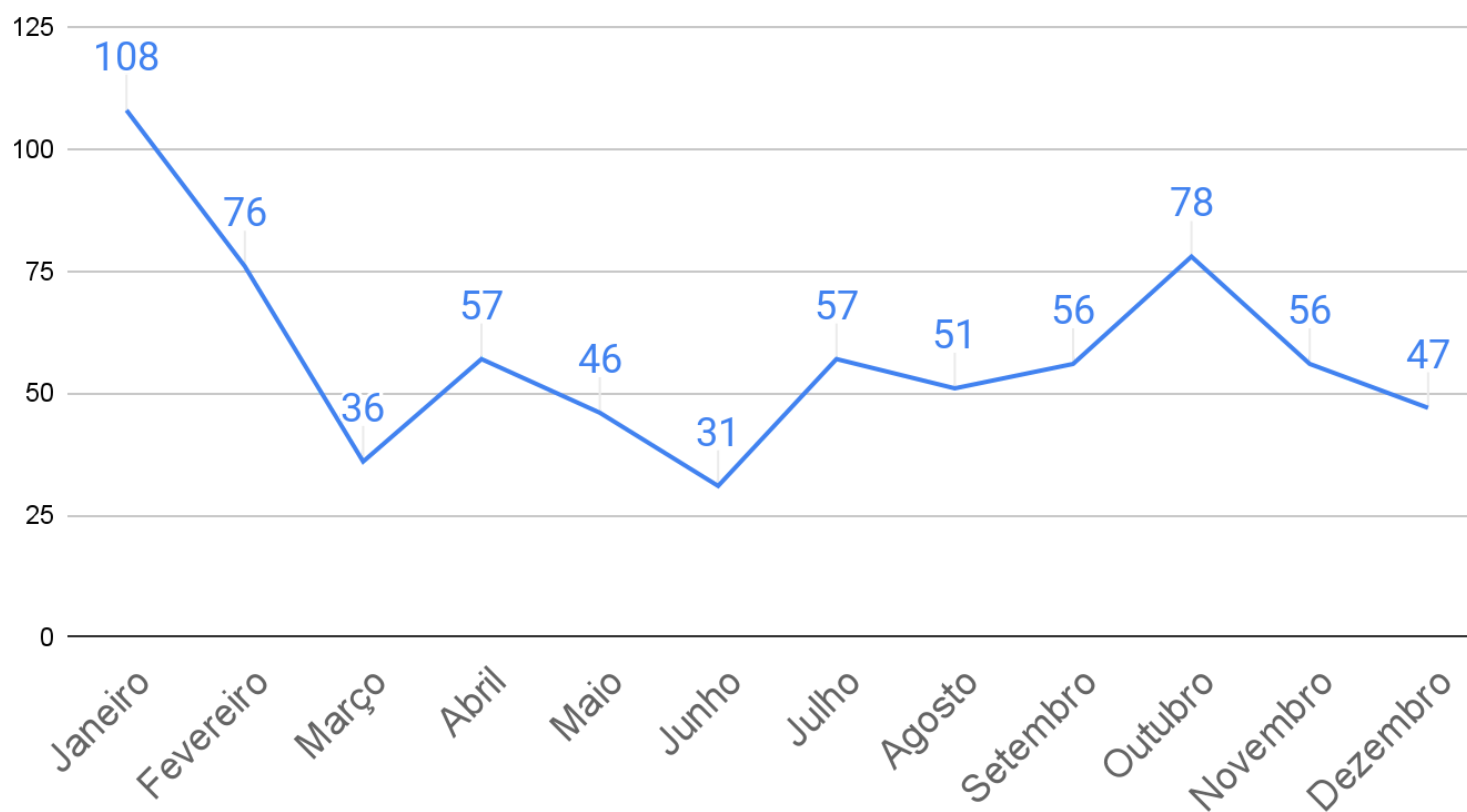
Realizado: 699

% de Execução: 47,2 %

Setor Responsável: Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante.

O total de atendimentos é quantitativo dos dados de janeiro a dezembro. Verifica-se que no primeiro semestre o número de pessoas acolhidas foi regular em relação à meta anual de 750 pessoas atendidas. Abaixo os dados estratificados de cada programa ao longo do período.

Número de migrantes e refugiados atendidos



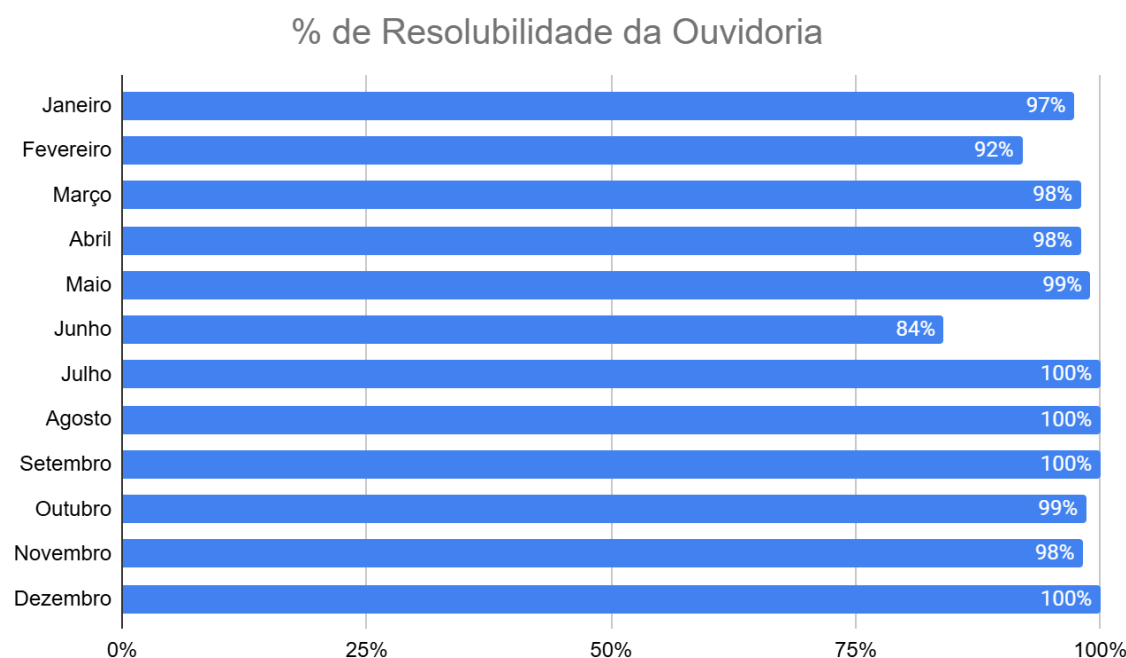
Outro indicador que constitui o objetivo estratégico é o “Número de beneficiários do serviço de cadastro de currículos para inclusão produtiva de pessoas resgatadas em situação análoga a escravidão”, esse indicador não obteve em execução, tendo em vista, que o banco de cadastro de currículos para esse fim ainda está em articulação.

7.7 Objetivo Estratégico 8: Aprimorar a gestão institucional, o controle interno e governança

Indicador: Resolubilidade da Ouvidoria (%)

Definição: Refere-se ao Índice de Resolubilidade da Ouvidoria que mede-se pelas manifestações no prazo em relação às manifestações atendidas fora do prazo.

Parâmetro: A meta foi estabelecida mediante média de atendimento realizados em anos anteriores.



Meta anual: 90%

Realizado: 99%

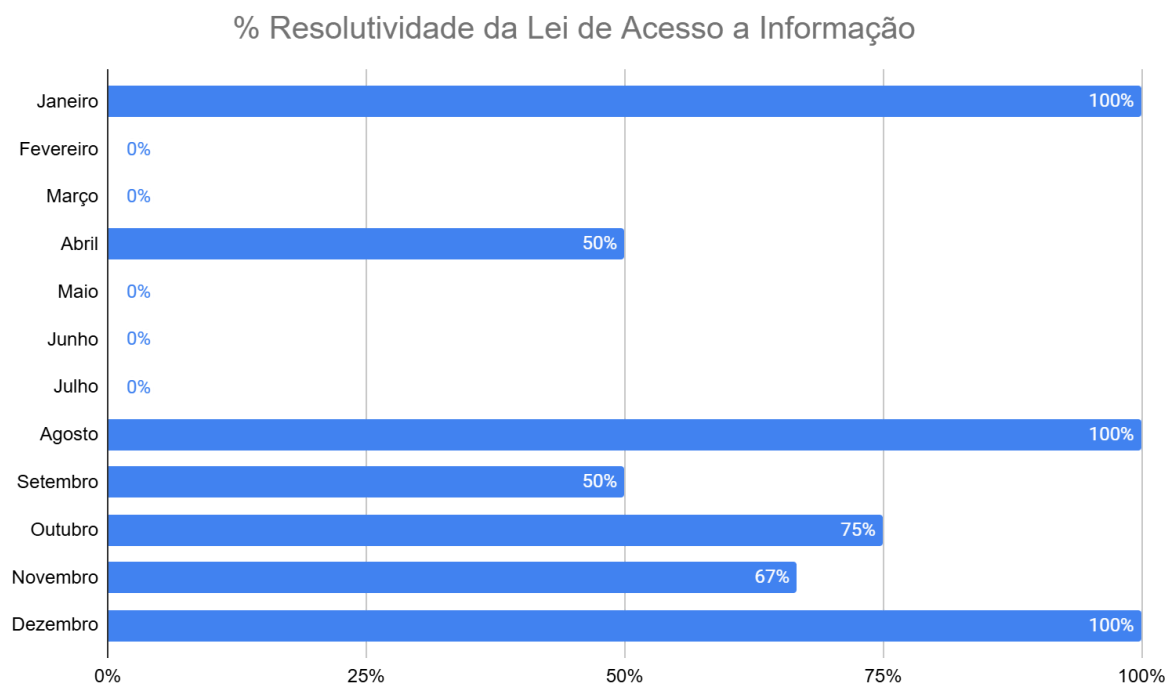
Setor Responsável: Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria.

O desempenho foi considerado satisfatório em relação à meta anual alcançando 7 pontos percentuais acima da meta.

Indicador: Resolubilidade da Lei de Acesso à Informação - LAI (%)

Definição: Refere-se ao Índice de Resolubilidade da Lei de Acesso à Informação (LAI) que mede-se o número de atendimentos pela Comissão Setorial de Acesso à Informação (LAI)

Parâmetro: A meta foi estabelecida mediante o percentual considerado ideal conforme parâmetro da CGE.



Meta Anual: 90%

Realizado: 72,22%

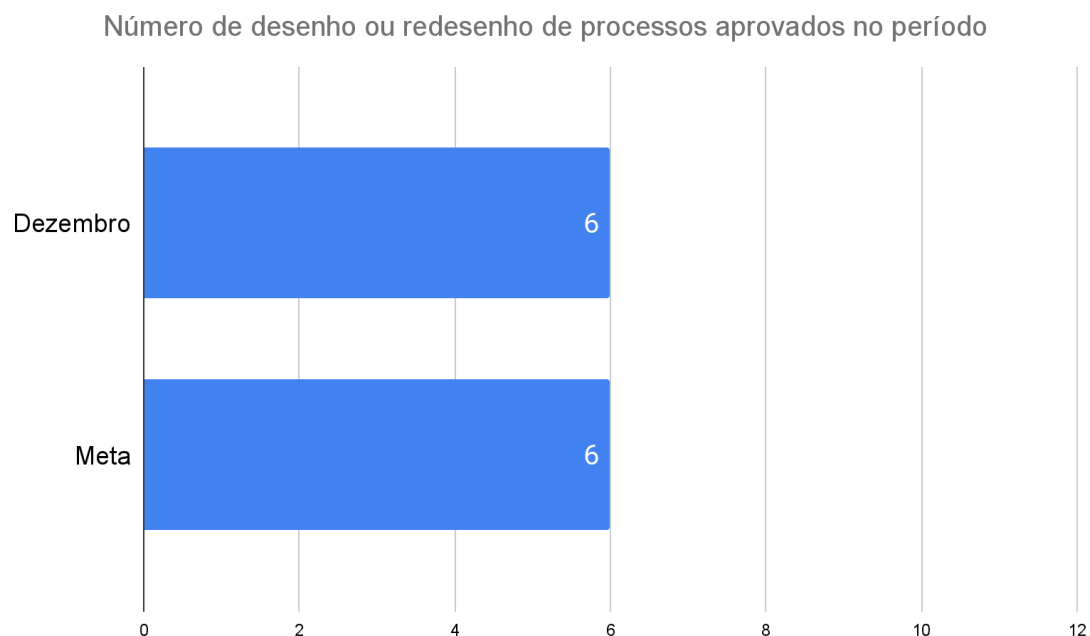
Setor Responsável: Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria.

Ao longo do ano de 2024 o gráfico apresenta variações expressivas, verificasse que nos meses de fevereiro, março, maio, junho e julho não houve execução pois não houve registros de solicitação nos relatórios.

Indicador: Número de desenho ou redesenho de processos aprovados no período

Definição: Refere-se ao número de desenhos ou desenhos de processos aprovados ao longo do ano por parte da Gestão Superior.

Parâmetro: A meta foi estabelecida com base na média de anos anteriores.



Meta Anual: 6

Realizado: 6

% de Execução: 100%

Setor Responsável: Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento.

Ao longo do ano foram elaborados 6 desenhos de processos por parte da Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento, respectivamente:

1. Solicitação de Acesso a Sistema Corporativos (1); 2. Solicitação de Acesso a Sistema Corporativos (2); 3. Solicitação de Viagens, à serviço, da Gestão Superior; 4. Solicitação de Viagens, à serviço de Colaboradores Comissionados; 5. Solicitação de Viagens, à serviços, de colaboradores Terceirizados; 6. Solicitação de pagamento de Diárias.

A análise dos fluxos de solicitação descritos (Acesso a Sistemas Corporativos, Viagens a Serviço da Gestão Superior, Viagens a Serviço de Colaboradores Comissionados, Viagens a Serviço de Colaboradores Terceirizados e Solicitação de Pagamento de Diárias) revela a importância desses processos para a dinâmica e o funcionamento eficaz da secretaria. Cada um desses fluxos tem um papel essencial no suporte às operações da instituição, tanto para os gestores quanto para os colaboradores, garantindo que as atividades ocorram de forma organizada e eficiente.

O indicador alcançado demonstra que a organização conseguiu administrar essas solicitações de maneira eficaz. O cumprimento dessa meta é um reflexo do comprometimento da equipe em melhorar o desempenho das atividades, garantindo que cada solicitação seja processada de forma rápida e eficiente.

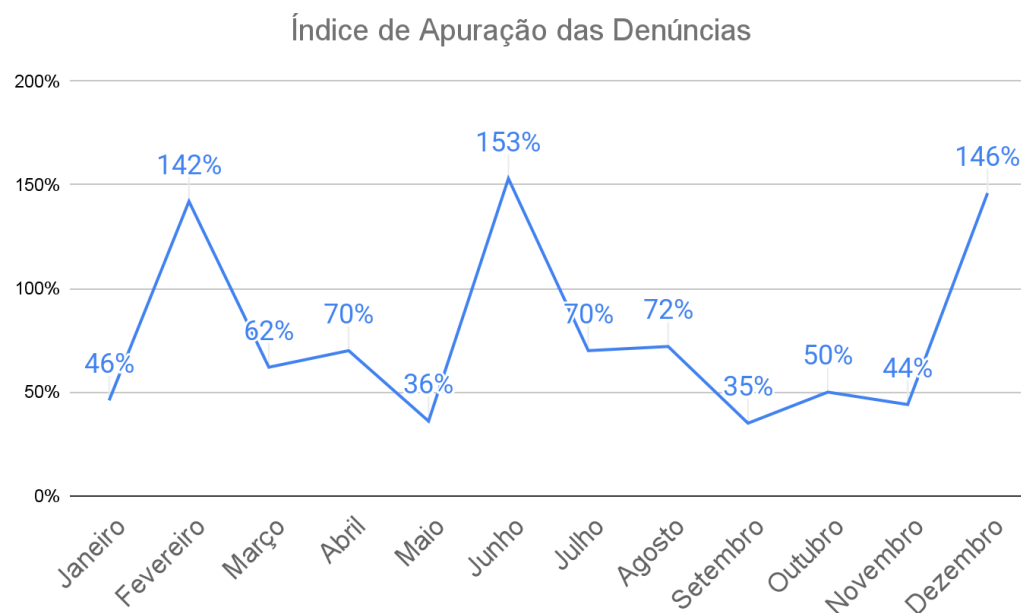
Quando os fluxos de solicitação são bem executados, o resultado é a otimização do tempo e dos recursos, permitindo que as atividades da secretaria aconteçam sem atrasos ou falhas. Esse dinamismo é essencial para manter o bom funcionamento da instituição e para garantir que as metas da organização sejam atingidas de maneira eficiente e eficaz.

7.8 Objetivo Estratégico 9: Fortalecer o Observatório de Direitos Humanos

Indicador: Índice de apuração das denúncias registradas no Observatório

Definição: Refere-se a apuração de denúncias registradas com objetivo de avaliar a eficiência e eficácia na resolução de denúncias. O indicador é calculado considerando a proporção do número de denúncias investigadas e/ou resolvidas pelo número total de denúncias registradas no período.

Parâmetro: A meta foi estabelecida mediante média de de percentual realizados em anos anteriores.



Meta Anual: 50%

Realizado: 77% (Considerando a média dos percentuais obtidos no período).

Setor Responsável: Observatório de Direitos Humanos.

Os resultados ao longo do período obteve oscilações acentuadas tendo em vista o quantitativo de denúncias apuradas. O menor, de 35% ocorreu no mês de setembro e o maior ocorreu no mês de julho, alcançando 153%.

Verifica-se que há uma tendência de aumento significativo de denúncias no início, no meio e no final do ano, o que pode ocorrer devido há diversos fatores, a exemplo de : No início e no final do ano, há um aumento de atividades de avaliação e revisão por parte de organismos internacionais, organizações de defesa dos direitos humanos e governos, o que pode levar a uma maior coleta de dados e mais denúncias sendo registradas, ou que durante o meio do ano, algumas campanhas de visibilidade e sensibilização também podem resultar em mais denúncias, pois as pessoas ficam mais cientes dos mecanismos de denúncia e das formas de buscar justiça.

Logo, no geral, a concentração de denúncias de violação de direitos humanos no início, meio e final do ano reflete tanto fatores institucionais e sociais quanto ciclos de visibilidade, conscientização e mobilização política que possuem maior impacto nesses períodos.

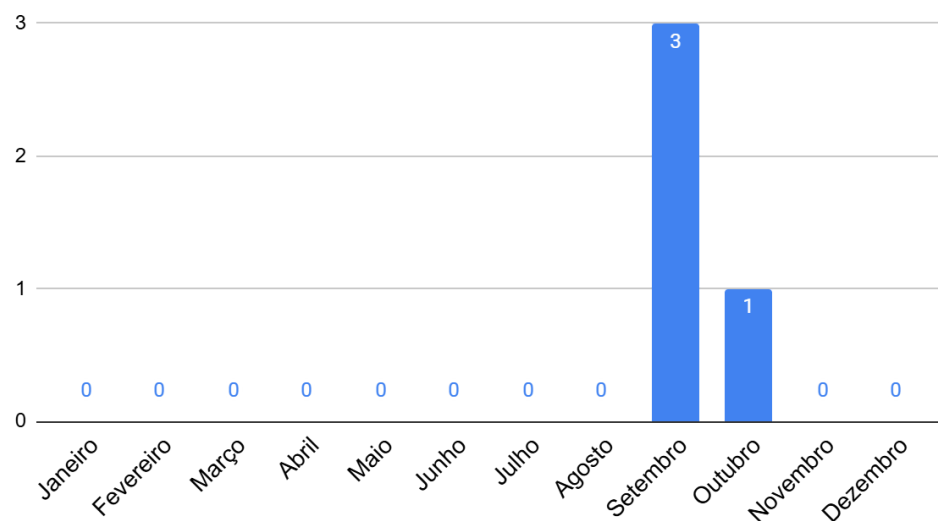
7.9 Objetivo Estratégico 10: Fortalecer a comunicação interna e externa

Indicador: Número de reuniões voltadas a Gestão Participativa realizadas

Definição: Refere-se ao número de reuniões referentes ao comitê executivo e coordenativo da SEDIH

Parâmetro: A meta foi estabelecida com base nos anos anteriores.

Número de reuniões voltadas a Gestão Participativa realizadas



Meta Anual: 4 reuniões

Realizado: 4 reuniões

% de Execução: 100% de execução

O indicador obteve um desempenho satisfatório atingindo sua meta em totalidade. As reuniões do comitê executivo e coordenativo visam reunir os membros focais de cada departamento da secretaria para discutir pautas relevantes juntamente com a gestão superior, a fim de dar clareza, publicidade e deliberar ações.

Indicador: Contas alcançadas nas redes sociais

Definição: Refere-se o alcance dos posts (vídeos, fotos, lives, stories e reels) submetidos na plataforma social Instagram fornecendo o número de contas únicas que viram o conteúdo pelo menos uma vez.

Parâmetro: A meta foi estabelecida com base nas médias de visualização dos posts.



Meta Anual: 200 contas alcançadas
Realizado: 159.450 contas alcançadas (Considerando o maior valor obtido)
% de Execução: 20000% (Considerando a média dos percentuais obtidos no período).
Setor Responsável: Assessoria de Comunicação

Ao longo do ano o número de contas alcançadas superou a meta. Os meses de janeiro a março não tiveram desempenho, tendo em vista, que os dados foram colhidos após os 90 dias que expira o quantitativo na plataforma, não sendo possível o recolhimento dos dados nesse período.

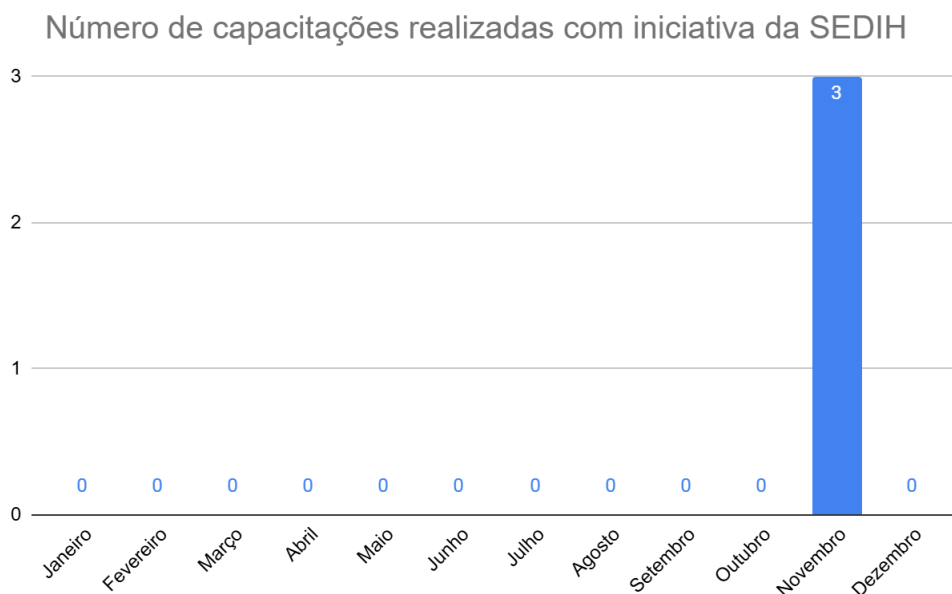
O demais indicador pertencentes a esse objetivo não foram alcançados, respectivamente: “Satisfação dos usuários com a Intranet da SEDIH” tendo em vista que a intranet da SEDIH ainda não foi implantada e está em fase de planejamento conforme previsto para a reestruturação do parque tecnológico da secretaria.

7.10 Objetivo Estratégico 11: Fortalecer a Gestão de Pessoas

Indicador: Número de capacitações realizadas com iniciativa da SEDIH para agentes públicos do órgão.

Definição: Refere-se aos servidores, empregados públicos e colaboradores, que atuam na área administrativa/meio do órgão, e passam por processo de qualificação com carga horária a partir de 20 horas/aula, em qualquer instituição de ensino (pública ou privada), de forma presencial ou a distância, em temas que contribuam para o desempenho de suas atividades.

Parâmetro: As metas foram definidas considerando a expectativa de agentes públicos que deverão prestar serviços na área meio da Secretaria dos Direitos Humanos no período e desconsiderando as capacitações a serem realizadas pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará.



Meta Anual: 2 capacitações
Realizado: 3 capacitações
% de Execução: 150%
Setor Responsável: Núcleo de Gestão de Pessoas

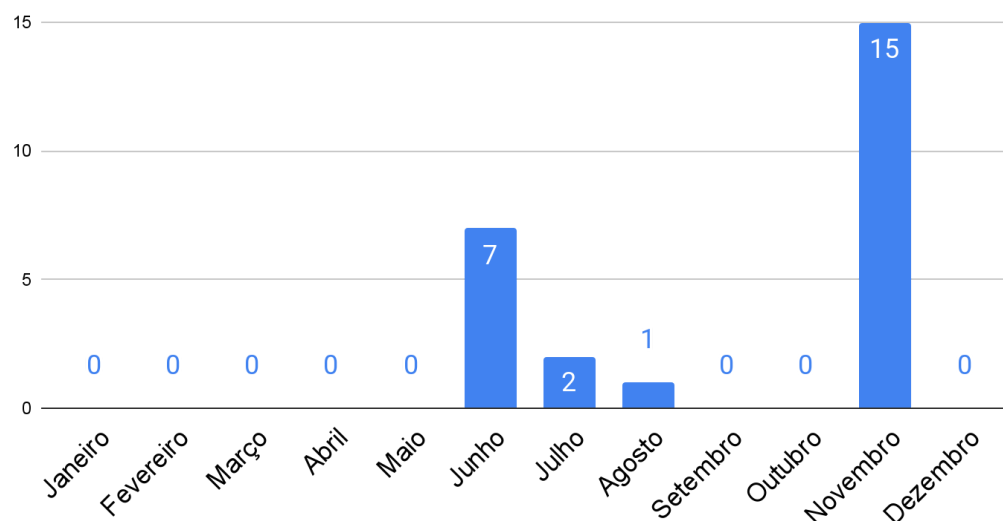
Ao longo do ano foram realizadas três capacitações por parte da SEDIH, respectivamente: 1) Cursos de Libras para os servidores; 2) Curso do sistema e-parcerias e 3) Lei Geral de Proteção de Dados -LGPD para os servidores. Ao longo do ano, o desempenho do indicador obteve um desempenho satisfatório em relação à meta. Logo, verifica-se para esse indicador a necessidade de alteração de meta para o próximo período.

Indicador: Número de agentes públicos da SEDIH capacitados em qualquer instituição de ensino (exceto EGP), com carga horária a partir de 20 horas/aula.

Definição: Refere-se ao quantitativo de colaboradores SEDIH capacitados em qualquer instituição de ensino com carga horária a partir de 20 horas/aula.

Parâmetro: Com base na média de capacitações dos anos anteriores.

Número de agentes públicos da SEDIH capacitados em qualquer instituição de ensino (exceto EGP), com carga horária a partir de 20 horas/aula.



Meta Anual: 10 Agentes Públicos Capacitados
Realizado: 25 Agentes Públicos Capacitados
% de Execução: 250%
Setor Responsável: Núcleo de Gestão de Pessoas

Ao longo do ano foram capacitados 25 colaboradores capacitados, distribuídos respectivamente:

1) Foi capacitado (1) um colaborador na Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento com o curso Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030 com 20h/aula pelo Centro Universitário Internacional; 2) Foram capacitados 6 colaboradores do Centro de Referência dos Direitos Humanos com os cursos Técnica em escuta especializada, Curso Cuidando em Rede 2 e Fluxo de Atenção para a Vítimas de Violência Armada com o total de 300h/aula pelo MPCE ;

3) Foram capacitados 2 colaboradores da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Para as Pessoas Idosas com o curso Gestão de Projetos para Organizações Sociais, realizado pela Escola Superior do Parlamento Cearense - UNIPACE com o total de 100h/aula; 4) Foi capacitado 1 colaborador da Departamento da Prestação de contas com o Curso Formação de Multiplicadores do [Transferegov.br](https://transferegov.br): Módulo C Obras, com carga horária de 20 horas;

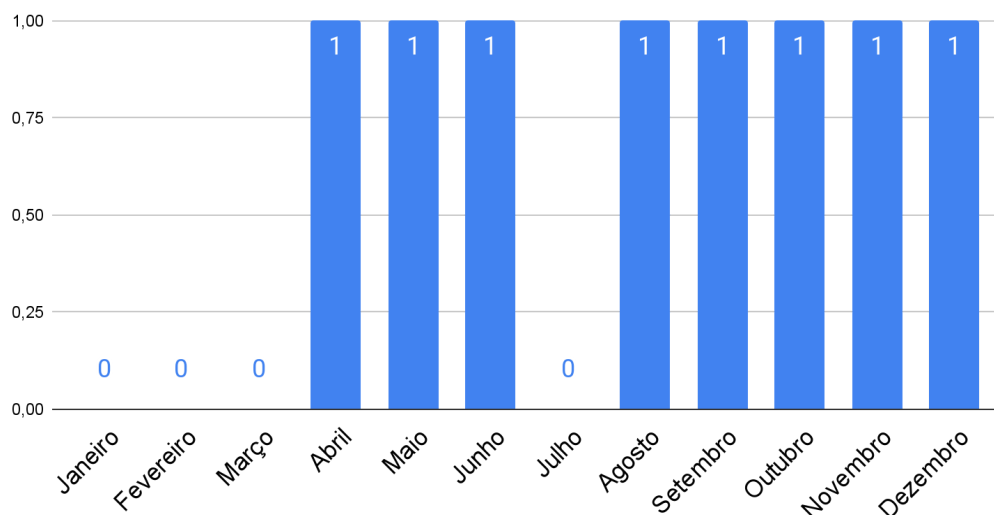
5) Foram 15 colaboradores capacitados no Curso de Linguagem em Libras fornecido pelos intérpretes de Libras da SEDIH. Verifica-se que o valor executado ultrapassou a meta em mais de 200% de execução, o que pode sugerir a possibilidade de uma alteração de meta para o próximo período.

Indicador: Número de ações voltadas à promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos colaboradores da Secretaria dos Direitos Humanos.

Definição: Refere-se às ações laborais que contribuam para a qualidade de vida no trabalho dos colaboradores da SEDIH.

Parâmetro: A meta foi pensada com base em eventos anteriores.

Número de ações voltadas à promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos colaboradores da Secretaria dos Direitos Humanos.



Meta Anual: 2 ações

Realizado: 8 ações

% de Execução: 400%

Setor Responsável: Núcleo de Gestão de Pessoas

Ao longo do ano houve oito ações realizadas: respectivamente: 1) Comemoração ao dia do trabalhador: Em alusão ao dia do trabalhador a Secretaria dos Direitos Humanos na data de 29 de abril de 2024 realizou a "Ação&Saude", ação realizada pelo Núcleo de Gestão de Pessoas com o objetivo de promover o bem estar aos colaboradores da secretaria.

A ação contou com palestra ministrada pelo psicólogo convidado Victor de Araújo com a temática " A importância da saúde mental no ambiente de trabalho" bem como atividades de cuidado, tais como exame oftalmológico, massoterapia, limpeza de pele e distribuição de brindes;

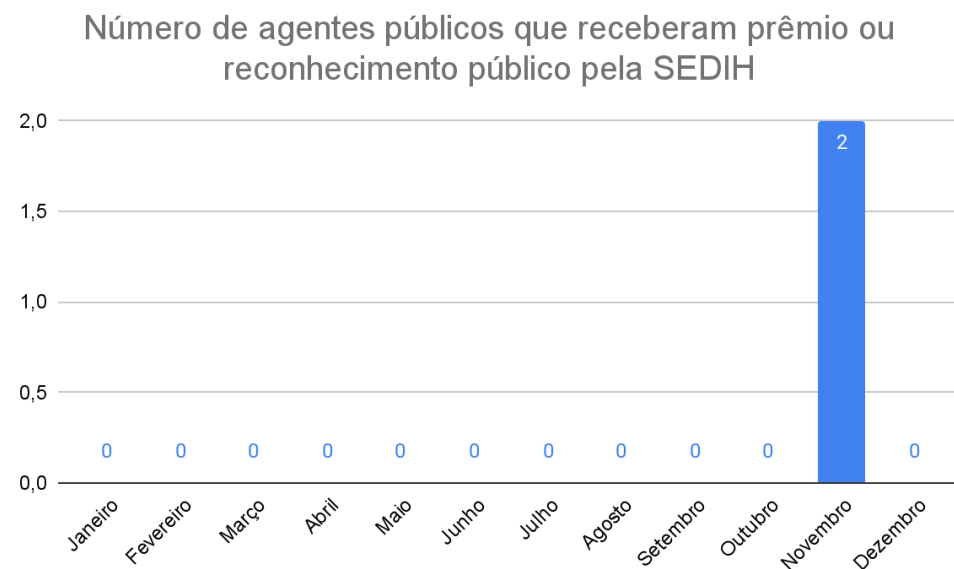
2) Dias das mães: em comemoração aos dias das mães foi organizado um café da manhã as mães da SEDIH, com distribuição de brindes; 3) Dias dos Pais: Em comemoração aos Dias dos Pais foi organizado um café da manhã, com distribuição de brindes; 4) Festa Junina: Em alusão a festividades juninas, a SEDIH no dia 27 de junho organizou a festa junina da secretaria, o evento contou com quadrilha temática, comidas típicas, atividades interativas e sorteio e entrega de prêmio aos colaboradores;

Os eventos 5) Mês setembro amarelo- Combate ao Suicídio, 6) Alusão ao mês Outubro Rosa, 7) Alusão ao mês Novembro Azul contaram com palestras informativas por profissionais da área visando conscientizar e informar sobre a temática abordada. 8) Em dezembro houve a comemoração natalina com os servidores da SEDIH. Verifica-se que o desempenho foi robusto em relação a meta, atingindo 400% de execução, logo verifica-se a necessidade de alteração da meta para o próximo ano letivo.

Indicador: Número de agentes públicos que receberam prêmio ou reconhecimento público pela SEDIH

Definição: Refere-se ao agente público que recebeu um prêmio ou reconhecimento público, como valorização do trabalho em sua área de atuação, a exemplo da Medalha de Mérito Funcional.

Parâmetro: Existe a previsão de na data em que se comemora o Dia do Servidor realizar uma cerimônia visando o reconhecimento do agente público que se destacou em sua área de atuação no período.



Meta Anual: 1

Realizado: 2

% de Execução: 200%

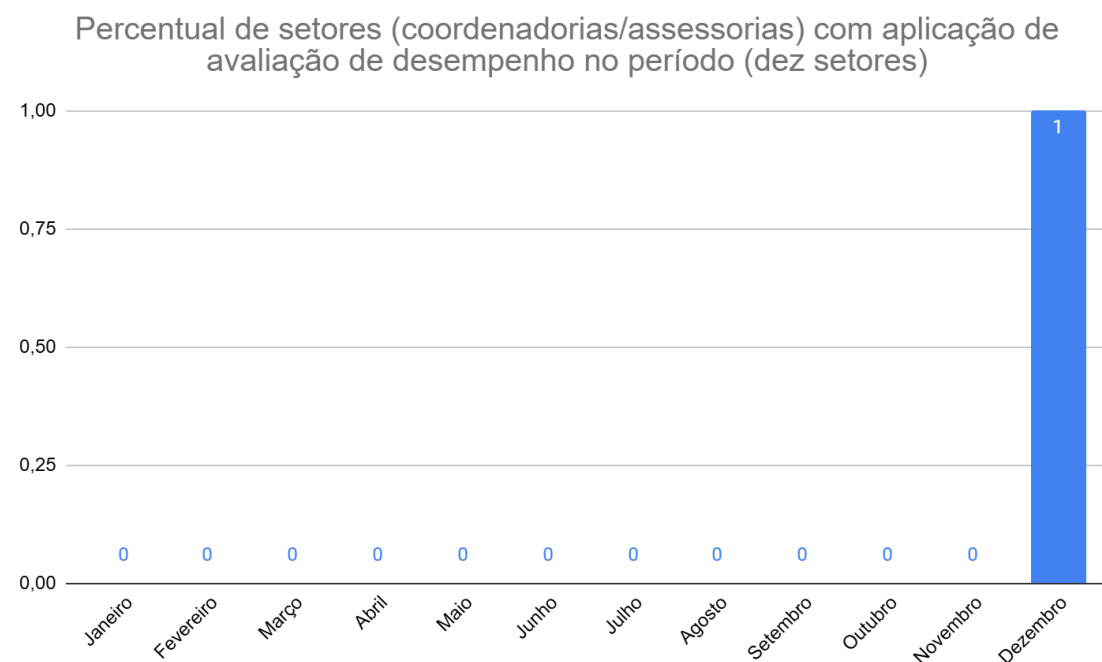
Setor Responsável: Núcleo de Gestão de Pessoas

No mês de novembro de 2024, a Secretária da Pasta dos Direitos Humanos, Dra Socorro França, juntamente com a Coordenadora da Política Especial dos Direitos Humanos, Fernanda Cunha, receberam a Medalha João Nogueira Jucá pelo Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, em Fortaleza.

Indicador: Percentual de setores (coordenadorias/assessorias) com aplicação de avaliação de desempenho no período (dez setores)

Definição: Refere-se ao setores que foram contemplados com a aplicação de avaliação de desempenho

Parâmetro: Foram considerados dez setores para realização do teste para aplicação da avaliação.



Meta Anual: 20%

Realizado: 100%

Setor Responsável: Núcleo de Gestão de Pessoas

Ao longo do ano foram aplicadas avaliação de desempenho em dez setores da secretaria, respectivamente: Assessoria Jurídica (ASJUR), Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão interna (PGI),

Coordenadoria de Administrativo- Financeira (COAFI), Centro de Apoio a Vítimas de Violência (CRAVV), Coordenadoria de Políticas Públicas dos Direitos Humanos (COPDH), Coordenadoria de Políticas Públicas da Pessoa Idosa (COEPPI), Coordenadoria da Tecnologia da Informação (COTIC), Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria (ASCOI) e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CODIP).

8. Objetivos Estratégicos não Alcançados

8.2 Objetivo Estratégico 12: Prover recursos tecnológicos, materiais e logísticos

O objetivo contempla os indicadores 1) “ Tempo médio de resolução dos chamados abertos”, 2) “Satisfação dos usuários com os serviços fornecidos pela COTIC” e o 3) “Índice de Resolubilidade dos chamados abertos”.

O indicador 1 não teve execução nesse ano, tendo em vista, que os chamados ainda não foram catalogados em formato de medição do indicador. A contabilização ocorrerá a partir do exercício de 2025.

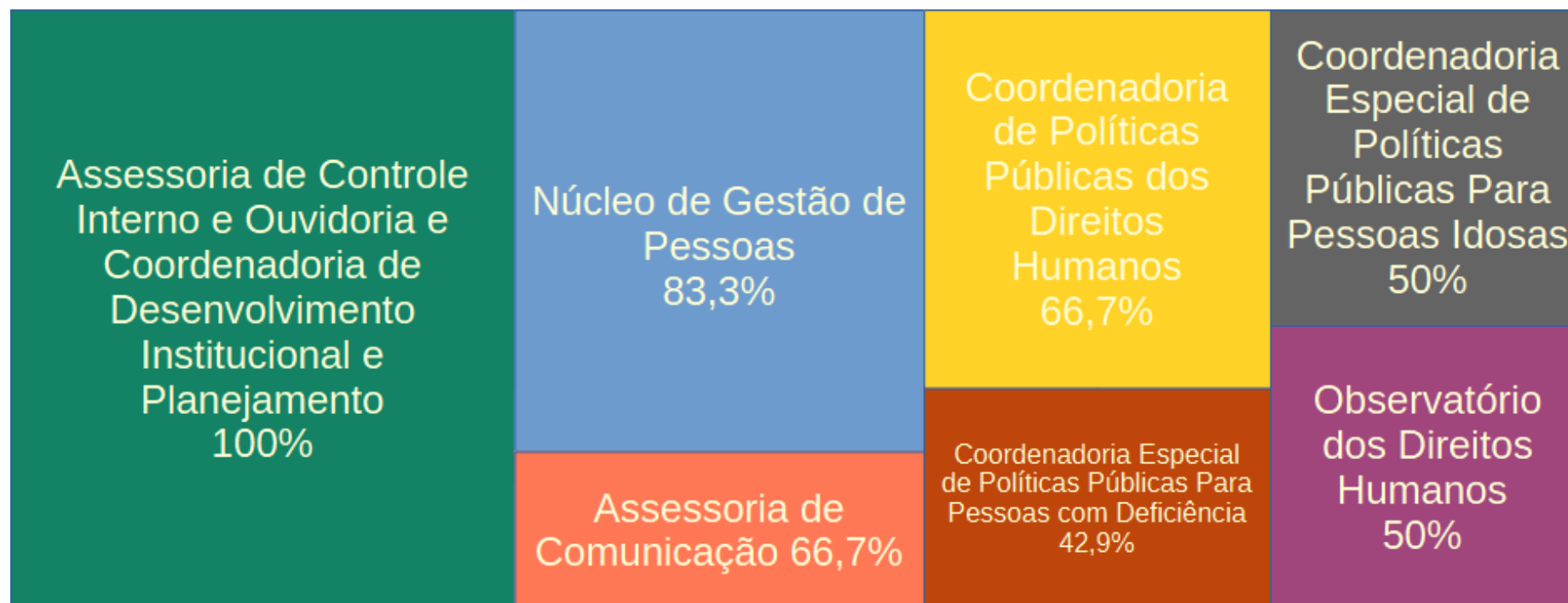
No que concerne aos indicadores 2 e 3, esses, são calculados pelo sistema Service Level Agreement- SLA, no qual ainda não foi implementado na Secretaria. Esse sistema faz parte da reestruturação tecnológica da SEDIH no qual encontra-se sendo discutida com a Coordenadoria juntamente com a Gestão Superior.

9. Diagnóstico Gerencial

Abaixo, destacaremos o desempenho global das principais coordenadorias que compõem a matriz institucional, essas foram destacadas, tendo em vista, que cada uma concentra um ou mais objetivos estratégicos. O desempenho global de cada coordenadoria é considerado relativo pois leva em consideração apenas o quantitativo de indicadores da carteira individual que obteve execução em relação aos indicadores que não foram executados, logo apresenta uma visão macro sobre como está a situação departamental a nível de operação, exclusivamente. A performance individual de cada objetivo estratégico foi exposta nos tópicos anteriores deste relatório.

O diagnóstico gerencial visa, para além de relatar o desempenho institucional da secretaria, apresentar seus aspectos positivos, suas fragilidades e propor melhorias com objetivo de auxiliar a alta gestão na tomada de decisão nas estratégias organizacionais.

Verifica-se que dos oito departamentos participantes, seis obtiveram um desempenho positivo (igual ou superior a 50%) são essas: Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria, Núcleo de Gestão de Pessoas, Assessoria de Comunicação, Coordenadoria dos Direitos Humanos, Coordenadoria Especial da Pessoa Idosa e Observatório dos Direitos Humanos.



Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento, obteve o melhor desempenho, tendo em vista, que todos os indicadores foram executados (Percentual da Resolubilidade da Ouvidoria, Percentual de resolubilidade da Lei de Acesso à Informação e o número de desenho de processos no período) e todos tiveram o desempenho acima da média. Os indicadores dispostos estão alinhados estrategicamente com que se espera do departamento e sua contribuição estratégica com a instituição.

No que concerne à uma carteira mais robusta e fidedigna à sua funcionalidade, os indicadores mais orientados seria a utilização do Percentual de Conformidade com Políticas e Procedimentos no qual se apresentaria um percentual de processos que estariam em conformidade com as políticas e procedimentos internos da SEDIH e o número de auditorias concluídas que levaria em conta o total de auditorias realizadas em um período com o objetivo de avaliar a cobertura e a eficiência das atividades de controle interno. Logo, por tratar-se de indicadores alinhados à governança se faz necessário um ajuste da nomenclatura do objetivo estratégico que o mesmos estão inseridos, respectivamente para : “ Aprimorar o controle interno e governança”.

No que concerne à **Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento** verifica-se a necessidade de adicionar indicadores que contemplem sua matriz de atuação, a exemplo de indicadores de eficiência voltado para o desenvolvimento institucional, a exemplo do número de pesquisas de satisfação aplicadas e indicadores de evolução orçamentária na área do planejamento governamental, a exemplo do percentual de execução orçamentária no ano e o número de relatório de desempenho institucional publicados. Logo, por apresentar uma carteira de indicadores mais orientada à gestão estratégica institucional se faz necessário um objetivo estratégico específico a fim contemplar as diretrizes do plano.

O **Núcleo de gestão de pessoas** teve um desempenho satisfatório no ano de 2024, os indicadores vinculados à carteira, em sua maioria, tiveram desempenho acima de 70% de execução, o que sugere que a operacionalização dos indicadores estão sendo realizadas de forma eficiente. A carteira de indicadores deste departamento estão alinhadas estrategicamente com que se espera, não havendo necessidade de acrescentar indicadores em sua cesta, contudo, tendo em vista o seu favorável desempenho, verifica-se a necessidade de revisão das metas propostas para o próximo exercício, tendo em vista a perspectiva de crescimento operacional.

No que concerne a **Assessoria de comunicação** o desempenho teve um salto significativo com a execução do indicador “Número de reuniões voltadas a Gestão Participativa realizadas”, é sabido que o departamento é um dos principais setores que compõe o objetivo estratégico “Objetivo Estratégico 10: Fortalecer a comunicação interna e externa”, porém não exclusivamente.

O indicador “Contas alcançadas nas redes sociais” teve um desempenho bem acima da média, o que sugere revisão de meta para o próximo período. O indicador “Satisfação dos usuários com a Intranet da SEDIH” não foi executado, tendo em vista, que a intranet foi implantada no final do ano de 2024 e ainda está em formulação a mensuração desse indicador por parte da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, bem como os atributos e os parâmetros que serão utilizados.

Contudo, com o intuito de contribuir e alcançar o objetivo estratégico supramencionado fará necessário reestruturar a cesta de indicadores, orientadas primeiramente para comunicação interna com indicadores de eficiência, a exemplo de “Número de Comunicações Internas Enviadas” consistindo em um total de comunicados, e-mails, newsletters e outros materiais enviados internamente com objetivo de avaliar a frequência e a abrangência das comunicações internas, por exemplo.

Para avaliação da comunicação externa diretamente para seu público alvo, parceiros estratégicos e demais *stakeholders* se faz necessário um indicador de “Número de Comunicados de Imprensa e Releases Emitidos” considerando o total de comunicados e releases de imprensa preparados e divulgados externamente com o objetivo de avaliar a atividade de comunicação com a mídia e outras partes externas.

Desse modo, a perspectiva a longo prazo é uma cesta de indicadores mais orientada, alinhada com o objetivo estratégico.

A coordenadoria de Políticas Públicas dos Direitos Humanos se destaca pelos indicadores “Número de eventos realizados alusivos à temática dos direitos humanos”, “Número de Pessoas atendidas por Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas já implantados (PROVITA, PPDH, PPCAAM e PPPRO)”, “Número de eventos realizados alusivos a memória e verdade”, “Número de pessoas acolhidas em condição de vulnerabilidade e vítimas diretas e indiretas de violações de Direitos Humanos, crimes violentos e outras violências” e “Número de migrantes e refugiados atendidos”, nos quais tiveram um boa execução em relação à meta programada do ano.

Esses indicadores distribuídos nos objetivos estratégicos 5, 6, e 7 refletem a participação ativa de departamentos importantes concentrados nesta coordenadoria como o CRAVV, o núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção a Pessoas, Célula de Relações Institucionais e articulação dos Direitos Humanos e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, departamentos fundamentais para a execução da política em si.

Ressaltamos a importância do Centro de Referência na contribuição do objetivo específico 5 com indicador “Número de pessoas acolhidas em condição de vulnerabilidade e vítimas diretas e indiretas de violações de Direitos Humanos, crimes violentos e outras violências”, setor finalístico crucial que auxilia e consolida a imagem dos serviços prestados da secretaria à população.

Contudo, a inexistência de um objetivo estratégico e consequentemente uma cesta de indicadores voltados para a justiça restaurativa, a mediação de conflitos e a cultura de paz representada em parte pela Célula de Gerenciamento das Casas de Mediação, apresenta uma fragilidade relevante no contexto operacional e estratégico da secretaria tendo em vista que a temática é um dos pilares norteadores da política dos direitos humanos em seu espectro macropolítico.

No que concerne à **Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a pessoa com deficiência** o desempenho foi modesto, tendo como referência o parâmetro ideal de desempenho, no qual seria acima de 50% de execução. Algumas fragilidades norteiam a política em si, a exemplo da lei de criação dos certificados concedidos aos municípios promotores da pessoa com deficiência, uma política de incentivo importante, contudo possui gargalos externos, no qual a instituição não possui ingerência, como votação do projeto de lei até sua respectiva publicação, por exemplo.

Outro fator a se pontuar é a não execução do indicador “Número de beneficiários do serviço de cadastro de currículos para inclusão produtiva de pessoas com deficiência”, indicador esse que é codependente a nível de execução, da inserção de outros parceiros estratégicos para operar, o que exige uma articulação administrativa-política mais estreita por parte da coordenadoria em si.

Outro indicador que compromete a performance da coordenadoria, é o indicador “Número de espaços inclusivos de lazer e socialização, alusivos ao Projeto Praia Acessível implantados” que ao longo do ano não obteve execução, contudo há previsão de implantação para o próximo exercício.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as pessoas idosas se destaca pelos indicadores “Número de eventos realizados alusivos a política da Pessoa Idosa”, “Número de capacitações realizadas alusivas a Política da Pessoa Idosa” e o “Percentual Pessoa Idosas com direitos violados notificados”.

A coordenadoria apresenta indicadores de eficiência válidos para o seu monitoramento interno bem como da política em si. Com a implantação do Centro de Envelhecimento Ativo e Saudável a carteira necessitará de indicadores de impacto social a exemplo da melhoria da qualidade de vida das pessoas beneficiadas através das atividades e ações por meio do equipamento.

A previsão de uma execução mais robusta está prevista para o exercício de 2025 com a implantação do Centro de Referência Ativo e Saudável, localizado na cidade de Fortaleza.

O **observatório de Direitos Humanos** se destaca por dois indicadores: “Número de acessos ao Observatório” e “Índice de apuração das denúncias registradas no Observatório”, os indicadores operacionais são válidos para atividades e cobertura do departamento, contudo por se ter a robustez de um observatório necessita de indicadores complementares para avaliar de fato a sua atuação no contexto da setorial e da política dos direitos humanos em si.

Ao longo do ano de 2024 apenas o indicador “Índice de apuração das denúncias registradas no Observatório”, foi plenamente executado, pois o indicador “Número de acessos ao Observatório” está no aguardo da nova administração do banco de dados para apuração desses dados.

A nível de concretude operacional se faz essencial um indicador “Número de Relatórios Publicados” que apresente o total de relatórios e publicações sobre direitos humanos produzidos e disseminados pelo observatório, com o objetivo primordial de medir a atividade e a produção de conhecimento do departamento.

E a longo prazo a inserção de um “Índice de Mudança em Políticas Públicas” que demonstraria o percentual de mudanças nas políticas públicas ou práticas institucionais resultantes das recomendações e intervenções do observatório com o objetivo de avaliar o impacto do trabalho do observatório na formulação e reformulação de políticas.

A Coordenadoria de Tecnologia da informação e comunicação ainda não teve seu objetivo estratégico alcançado, tendo em vista, que grande parte dos indicadores a ela vinculados necessita de um sistema específico para sua mensuração o que gerou atrasos significativos de execução. A perspectiva de uma execução é para o próximo exercício (2025) tendo em vista que a sede principal da SEDIH abrigará a nova estrutura tecnológica.

Parecer Técnico

Os objetivos estratégicos desenhados para a Secretaria de Direitos humanos encontram-se bem delineados com estrutura organizacional e com a política que pretende-se executar nos próximos anos, levando-se em consideração o alinhamento com outros instrumentos: Planejamento Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As metas propostas para cada objetivo estratégico são reais ao que se espera da atuação da Secretaria nos seus primeiros anos de atuação. Ao tratarmos de Planejamento Estratégico Setorial se faz necessário analisar para além dos indicadores operacionais internos, indicadores de eficácia e efetividade que vislumbrem as ações da secretaria a longo prazo e a projetam como setorial de referência na política que a mesma se propõe a executar.

Logo, a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento, propõe a sugestão de inserir indicadores de qualidade como parte do portfólio do planejamento estratégico setorial a fim de colaborar e dar robustez ao instrumento e remodelar ou substituir indicadores de eficiência que apresentem fragilidades a nível de performance dos objetivos que se pretende alcançar.

Como também, alterar a nomenclatura dos objetivos estratégicos 7 e 8, e inserir um novo objetivo estratégico voltado para o desenvolvimento institucional estratégico conforme explanado no diagnóstico gerencial deste relatório.

O cenário de desdobramento do planejamento estratégico se desdobra em várias frentes de atuação: da estrutura organizacional (recursos humanos, financeiros, técnicos e materiais), das políticas em si (Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos), e da Estratégia Setorial (informações estratégicas, grupos de trabalho orientados, prospecção da imagem da Secretaria (marketing e endomarketing), alinhamento e atenção aos novas proposições políticas do cenário estadual, nacional e internacional.

Logo, com base nas análises contidas neste relatório identificamos que o desempenho a nível de performance institucional encontra-se regular e alinhado, com tendência favorável de ascensão das metas e objetivos propostos. Para tanto, ressaltamos que há necessidade de monitoramento contínuo por parte dos departamentos envolvidos e da alta gestão e a confecção da cadeia de valor com instrumento complementar deste relatório.

Diante do exposto, encerramos o parecer.